

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

RODRIGO GRAÇA CAULYT

**TERRITORIALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES**

**SÃO MATEUS
2017**

RODRIGO GRAÇA CAULYT

TERRITORIALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA AGRÁRIA DO
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré para a obtenção do título de Mestre
Profissional em Gestão Social, Educação e
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social,
Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da
Silva

SÃO MATEUS
2017

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

C372t

Caulyt, Rodrigo Graça.

Territorialização: uma abordagem da geografia agrária do município de Conceição da Barra/ES / Rodrigo Graça Caulyt – São Mateus - ES, 2017.

79 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2017.

Orientação: prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva.

1. Dinâmica territorial. 2. Políticas públicas. 3. Uso do solo. 4. Conceição da Barra - ES. I. Silva, José Geraldo Ferreira da. II. Título.

CDD: 354.5

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

RODRIGO GRAÇA CAULYT

**Territorialização: uma abordagem da geografia agrária no
município de Conceição da Barra/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 15 de dezembro de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Profa. Dra. Lilian Pittol Firme de Oliveira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Sara Dousseau Arantes
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

DEDICATÓRIA

A minha esposa e filhas, com amor, respeito e compreensão ao longo desse trabalho, vocês são as pessoas únicas, raras, e que desejo a todos os momentos. A minha querida madrinha Margareth Miranda Bissoli, pelas palavras de encorajamento e força, nunca me deixou só, e sempre atenciosa.

Ao meu querido orientador Dr. José Geraldo Ferreira da Silva, pela compreensão e respeito, mais que um professor, um amigo e conselheiro de todas as horas. Aos meus amigos Dr. Eduardo de Oliveira e, Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes, pela oportunidade de alcançar tão sonho, pelas palavras de sabedoria e humildade, é impossível esquecer o que fizeram por mim nessa caminhada. A todos dedico essa mensagem bíblica: “Nós amamos porque ele nos amou primeiro” 1 João 4:19

AGRADECIMENTO

Agradeço grandemente a Deus, por ter me concedido saúde, força e disposição para fazer o Mestrado e a dissertação. Sem ele, nada disso seria possível. Também sou grato a Deus por ter dado saúde e tranquilizado o meu espírito nos momentos mais difíceis.

Agradeço à Faculdade Vale do Cricaré (FVC), por me proporcionar um ambiente criativo e amigável para os estudos. Sou grato a cada membro do corpo docente, à direção e a administração dessa instituição de ensino.

Aos colegas da 6ª turma de mestrado da Faculdade Vale do Cricaré em São Mateus - ES em especial ao José Maria Ferreira, André dos Santos Moreira, e Silva Helena Garcia Mendonça pelos momentos que passamos juntos aprendendo e pela amizade que permanecem.

EPIGRAFE

“A Geografia como ciência social tem como principal objeto de estudo a sociedade e o meio em que ela vive, alicerçada em cinco categorias capazes de interpretar o espaço geográfico, sendo elas: paisagem, região, espaço, lugar e território. São conceitos muito importantes no surgimento e desenvolvimento da ciência geográfica, pois nortearam os estudos que por muito tempo permaneceram confusos para somente depois a geografia se estabelecer como uma ciência” (SCHWITZKY, 2011, p. 27).

RESUMO

CAULYT, R.G. **Territorialização: uma abordagem da geografia agrária do município de Conceição da Barra/ES**, 2017, 79 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES, 2017.

O espaço agrário tem ganhado importância nos estudos geográficos devido a constante transformação do território, a ação que o homem produz neste espaço pode desencadear modificações profundas em sua estrutura. Portanto, o referido tema expressa relevância dentro da dinamização das questões fundiária e agrária. Para compreender a problematização desse trabalho, o qual está voltado para o processo de territorialização do eucalipto e da cana-de-açúcar, o presente estudo tem como objetivo contribuir para o entendimento das relações e seus desdobramentos no espaço agrário do município de Conceição da Barra/ES. A metodologia tem natureza qualitativa e quantitativa sendo realizada uma pesquisa descritiva de revisão bibliográfica e análise documental, além de um levantamento do banco de dados no IBGE, os quais são resultados referentes a Censos Agropecuários. Os dados foram analisados no intuito de apresentar propostas que contribuam para o entendimento das relações entre o espaço agrário do município de Conceição da Barra e sua estrutura fundiária. De acordo com os resultados obtidos, com a implantação das atividades celulósicas e e sucroalcooleiras no município, fica evidente uma dinamização entre as questões fundiárias, que desde 1970 e 1980, a tendência de grandes números de estabelecimentos rurais com pequenas áreas, e um número pequeno de estabelecimentos com extensas áreas. Verificou-se que houve uma tendência a redução nas áreas plantadas das principais culturas agrícolas e no rebanho efetivo. Porém, com os dados levantados, não se pode afirmar que a entrada das culturas do eucalipto e da cana-de-açúcar influenciou esta redução da área plantada das outras culturas. Assim, sugere-se que sejam realizadas pesquisas adicionais para averiguar as reais causas desta dinâmica agrária da região.

Palavras chaves: Dinâmica Territorial. Políticas Públicas. Uso do Solo.

ABSTRACT

CAULYT, R.G. **Territorialization: an approach of the agrarian geography of the municipality of Conceição da Barra/ES**, 2017, 79 p. Dissertation (Master in Social Management, Education and Regional Development) – Faculty Valley Cricaré, Matthew, 2015.

Agrarian space has gained importance in geographical studies due to a constant transformation of the territory, an action that man produces in space can trigger profound modifications in its structure. Please consider the content of the magazine. For a work problem, which is focused on the process of territorialization of eucalyptus and sugarcane, the present study aims to understand the relationships and their unfolding in the agrarian space of the municipality of Conceição da Barra / ES. The methodology is qualitative and quantitative in nature and a descriptive research of bibliographic review and documentary analysis is carried out, as well as a database survey without IBGE, which are results referring to Agricultural Census. The data were analyzed with no intention of presentation proposed that contribute to the understanding of the relations between the agrarian space of the municipality of Conceição da Barra and its land structure. According to the results obtained, with an implantation of the cellulosic and sugarcane activities without municipality, a dynamic between the basic questions, from 1970 and 1980, is evident, a tendency of large numbers of rural establishments with small areas, and a small number of establishments with extensive areas. It was verified that there was a tendency to reduce the planted areas of the main agricultural crops and in the effective herd. However, with the data collected, it can not be affirmed that the entry of eucalyptus and sugarcane crops influenced this reduction of the planted area of other crops. Thus, it is suggested that additional research be carried out to ascertain the real causes of this agrarian dynamic in the region.

Keywords: Territorial Dynamics. Public policy. Use of the soil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área ocupada (em hectares) pela silvicultura e lavouras de cana-de-açúcar no Espírito Santo nos anos de 1970, 1980 e 1985.....	27
Tabela 2 - Distribuição percentual do espaço territorial conforme classe de tamanho das propriedades nos municípios do estado do Espírito Santo com base no ano de 2006.....	29
Tabela 3 - Produção da agricultura familiar e da não familiar para produtos selecionados do Brasil, 2006.....	34
Tabela 4 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006	35
Tabela 5 - Valores pagos <i>per capita</i> pelo PNAE atualizados para os anos de 2016 e 2017, em cada etapa de ensino	40
Tabela 6 - Grupos de área total dos estabelecimentos em Conceição da Barra no ano de 2006.....	54
Tabela 7 - Grupos de área total em hectares em Conceição da Barra no ano de 2006.	55
Tabela 8 - Uso da terra por hectare em Conceição da Barra entre os anos 1960 a 2006	56
Tabela 9 - Área cultivada com as principais culturas temporárias, no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016	59
Tabela 10 - Evolução de área plantada com culturas permanentes no município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 a 2016	61
Tabela 11 - Rebanho efetivo de bovinos, suínos, equinos e muares no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016	64

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Concentração fundiária no estado do Espírito Santo – 1970 regiões de maior concentração da terra.....25
- Figura 2 - Concentração Fundiária no estado do Espírito Santo – 1980 regiões de maior concentração da terra.....26
- Figura 3 - Evolução da ocupação do solo considerando a soma das áreas da lavoura permanente e temporária; pastagem natural e plantada; mata natural e plantada.....58
- Figura 4 - Evolução de área plantas com culturas permanentes no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016....62
- Figura 5 - Distribuição da precipitação pluviométrica do município de Conceição da Barra, entre os anos 2004 a 2016, e série histórica de 1931 a 2016. 63
- Figura 6 - Evolução do rebanho total de bovinos, suínos, equinos e muares no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016.....65
- Figura 7 - Área em hectares das lavouras de eucalipto do município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 a 2016.....67
- Figura 8- Área em hectares das lavouras de cana-de-açúcar do município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 a 2016.....68
- Figura 9 - Recobrimento do município de Conceição da Barra e sua ocupação do solo em 2011.....70

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ALCOON	Companhia de Álcool Conceição da Barra
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CEDAGRO	Centro de Desenvolvimento do Agronegócio
CGU	Controladoria Geral da União
DISA	Destilaria Itaúnas S/A
DPMR	Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEMA	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONU	Organização das Nações Unidas
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIGRE	Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROATER	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNATER	Política de Assistência Técnica voltada para a Agricultura Familiar
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
TCU	Tribunal de Contas da União
UTM	Universal Transversa de Mercator

UC's

Unidades de Conservação

VPB

Valor da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.2 Geral	14
1.2.3 Específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 DINÂMICA TERRITORIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO.....	15
2.2 TERRITÓRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA	18
2.3 O PROCESSO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	21
2.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	23
2.5 A AGRICULTURA FAMILIAR, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A SUA POTENCIALIDADE ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL.....	31
2.5.1 Conceito de agricultura familiar	31
2.5.2 A Importância e a contribuição da agricultura familiar no Brasil e no Espírito Santo	33
2.5.3 Políticas públicas para a agricultura familiar	36
2.5.4 Agricultura familiar e suas relações com a sustentabilidade	46
3 METODOLOGIA	50
3.1 A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	50
3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	51
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A relação do homem com a natureza ao longo do tempo sofreu mudanças significativas. As práticas agrícolas passaram a controlar onde e como seriam cultivados os alimentos, fato que também aconteceu com a criação de animais. Nesse processo, o homem caçador e coletor passou a ser um agricultor. Ao longo de séculos essas transformações desencadearam problemas às sociedades humanas em tempos e lugares distintos, problemas esses de ordem ambiental, social, econômicas e culturais (SANTILLI, 2009).

No Brasil, ao longo da história, desenvolveram-se dois modos de produção agrícola muito diferente: a agricultura camponesa, também chamada de familiar, em suas diferentes formas e expressões, e a agricultura patronal, hoje transformada no que se convencionou chamar de “agronegócio”, voltada para a exportação de commodities e a geração de divisas para elevar o superávit da balança comercial brasileira (SANTILLI, 2009).

O sistema de agronegócio configura-se pela produção baseada na monocultura, principalmente de produtos cujos valores são ditados pelas regras do mercado internacional e por um conjunto de fatores que determinam uma alta produtividade. Os fatores que desencadeiam são: utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, adoção de novas tecnologias, padronização e homogeneização dos sistemas produtivos, transformação do ambiente e consolidação de grandes empresas.

O território e seus usos provêm de experiências e resultados processados que foram gerados de cooperação e interação com atores sociais. Segundo Bebbington (1999), o território desempenha um papel ativo, na medida em que, sincronicamente, um ator (agente) e palco (lugar) se relacionam.

O desenvolvimento territorial rural e suas dinâmicas de modificação tem a capacidade de imprimir nas famílias rurais muitos caminhos que integram as estratégias de vida incluindo atividades agrícolas e não agrícolas. Dentro desse contexto, a formação do espaço rural desenrola-se por meio das realizações do homem que se efetua no campo cultural, econômico, social e político em um dado tempo. Essas realizações darão sempre ao espaço um caráter dinâmico, permitindo novas configurações. Bebbington (1999) enfatiza que a análise da estratégia de

formação adotada pelas famílias rurais contempla um conjunto de ações que estão intimamente ligadas, a saber:

“[...] acesso das pessoas a 5 tipos de bens de capital; as maneiras pelas quais elas combinam e transformam esses bens na construção de subsistência, que, até onde é possível, satisfazem suas necessidades materiais e experienciais; as maneiras pelas quais elas são capazes de expandir suas bases de patrimônio através do engajamento com outros atores pelas relações governadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil; e, as maneiras pelas quais elas são capazes de dispor e realizar suas capacidades para não só tornar a vida mais significativa, mas também mais importante para mudar as regras dominantes e as relações que governam as maneiras pelas quais os recursos são controlados, distribuídos e transformados em fluxos de renda (BEBBINGTON, 1999, p. 35).

Desse modo, a produção do espaço rural ocorre por meio das intervenções antrópicas que se manifestam no contexto cultural, econômico, social e político em um dado tempo. Essas intervenções darão sempre ao espaço um caráter dinâmico, permitindo novas configurações. Assim, a geografia agrária contribui como uma ferramenta crítica de análise territorial diante de uma visão capitalista a partir de uma lógica do trabalho assalariado e exploração de terras para fim monocultor.

Baseado no agronegócio, as monoculturas do eucalipto e cana-de-açúcar, podem evidenciar problemas ligados aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, uma relação de impactos negativos como (exclusão social, poluição do ar, dos solos, das águas, desertificação do solo, perda de biodiversidade, pobreza rural, êxodo rural, concentração da renda e da terra) revelam sua possível insustentabilidade.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Muitas árvores exóticas, como as espécies de pinos, eucaliptos e acácias de rápido crescimento, como também os seringueiras, são apropriadas para processos industriais de produção de papel e produtos de borracha. Tais espécies no passar de duas décadas aumentaram suas áreas no hemisfério sul em cerca de quatro vezes, e países como Brasil, Malásia e Indonésia já possuem milhões de hectares de áreas plantadas. No Continente Africano países como Moçambique e os da região do Mekong também ganharam destaque nesse cenário de crescente concentração de terras (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012).

Ao considerar que há benefícios suficientes para iniciar um projeto, as empresas industriais ligadas ao setor de plantação de eucalipto, pinus, acácia e seringueira, garantem a obtenção da terra, no entanto essas terras, já estão praticamente ocupadas, e muitas sendo utilizadas por comunidades locais.

As comunidades locais, mulheres e homens, vivenciam perdas incalculáveis quando as plantações de árvores chegam a seus territórios: terras, rios, meios de subsistência, trabalho, economias locais, vida social, cultura, liberdade, autonomia, dignidade, condições de trabalho (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 37).

Sobre a produção mundial de celulose e as plantações industriais que cada vez mais se deslocam para o hemisfério sul, onde a produtividade das plantações é maior e a madeira é mais acessível, temos que em 1994, 20%, ou 34 milhões de toneladas da produção mundial de celulose de 172 milhões de toneladas estavam localizadas no hemisfério Sul, em 2007, 45%, ou 86 milhões de toneladas, de uma produção global de 192 milhões, estavam sendo produzidos lá (FAO, 2010).

Conforme descrito por Carrere e Lohmann (1996) muitos quilombolas nativos e povos tradicionais tiveram que abandonar de suas terras como resultado dessa primeira expansão das plantações de eucalipto, pinus, acácia e seringueira. Os que suportaram ficaram rodeados pelas plantações, as suas economias e seus meios de subsistência também foram seriamente afetados. Deve-se levar em consideração o fato de que, desde os anos 1970, o Brasil passou a ser um dos líderes mundiais da “tecnologia de plantação de árvores”.

A Associação Nacional da Indústria de Celulose e Papel, a BRACELPA, expressou de maneira honrada que a produtividade brasileira de madeira por hectare é a maior do mundo. Contando com essa explosão, as empresas brasileiras se tornaram gigantes proprietárias de terras, por exemplo, a Fibria que possui uma área plantada de eucalipto de 609.000 ha, e a Suzano Papel e Celulose, possui uma área de 346.000 ha, destinada também à plantação do eucalipto (BRACELPA, 2011).

Os impactos do avanço de uma monocultura de grande escala mostrará que essa agrava e amplia a fronteira das áreas plantadas, gerando fortes impactos no âmbito socioambiental, o qual é acentuado em se tratando de uma economia aplicada para análise de empresas de negócios, que se apropria do espaço natural e das políticas governamentais como um patrimônio.

Outra lavoura monocultora de grande expressão no Brasil e no Norte do

Espírito Santo é a cana-de-açúcar. Segundo Zanotti (2007), a cana-de-açúcar é uma planta nativa de Nova Guiné, sendo implantada na América por mediação de Cristóvão Colombo e nas terras brasileiras por Martim Afonso de Souza em 1532. “No nosso país foi cultivada inicialmente como planta ornamental e, em seguida, devido ao seu doce sabor, foi utilizada como garapa e depois como açúcar e aguardente” (ZANOTTI, 2007, p. 3).

De forma comercial a cana-de-açúcar é cultivada em torno de 70 países, alguns ganham destaque como sendo os maiores produtores a exemplo temos o Brasil, Índia, Cuba, México, China, Filipinas, Austrália, África do sul, Estados Unidos da América, República Dominicana e Formosa (ROS, 2004).

Segundo os dados da (FAO, 2010) sobre a oferta de cana-de-açúcar no mundo, relativo ao período 1990-2000, dois países se projetam como líderes mundiais de produção, o Brasil e a Índia. Atualmente, entre as 2017/2018 o Brasil deverá colher 647,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e o estado no Espírito Santo deverá colher 2.228,6 milhões de toneladas segundo o Conab (2017).

Segundo Zanotti (2007) para responder às demandas energéticas nacionais, o Espírito Santo projetou-se adaptando a Usina Paineiras em Itapemirim, também para a produção de álcool. No norte do estado foram instaladas seis destilarias, tendo como prioridade a fabricação do biocombustível da cana.

No território do Espírito Santo, a distribuição espacial e quantitativa, os canaviais estão intimamente anexos aos projetos agroindustriais da fabricação do álcool e do açúcar. Decorre disso que, para atender à demanda de matéria-prima favorecida pela expansão da economia canvieira, os espaços agrícolas destinados ao plantio da cana-de-açúcar aumentaram significativamente nos municípios onde os empreendimentos se instalaram, bem como nas localidades circunvizinhas. Como a maior parte das empresas se estabeleceu no norte do estado, essa região também passou a concentrar terras reservadas à lavoura da cana.

Nas comunidades tradicionais locais de Conceição da Barra/ES, os quilombolas vivem essencialmente do trabalho familiar, do extrativismo do meio natural coberto pela floresta de Mata Atlântica que retiram suas necessidades como água, fruto, madeira, ervas medicinais, pescado e caça, também fazem uso destas terras para o cultivo dos roçados e plantio de seus alimentos (FERREIRA SRB, 2002).

A introdução dos plantios do eucalipto e da cana-de-açúcar pode ter agravado

o processo de desapropriação das terras dos povos tradicionais do município de Conceição da Barra. Esse acontecimento estabeleceria uma diminuição do espaço agrícola do município que conseqüentemente diminuiria a oferta de alimentos para o pequeno agricultor que possui uma ligação muito profunda com a terra.

Assim, apoiar a inclusão social dos povos tradicionais destas Comunidades rurais do município de Conceição da Barra e melhorar sua qualidade de vida poderia ser um caminho para se atingir novos paradigmas que orientem uma economia apoiada na justiça social e ambiental. Ainda que de alguma forma sofreram ou ainda sofrem com os impactos da introdução das lavouras do eucalipto e da cana-de-açúcar,

Portanto, justifica-se um olhar racional entre uma relação territorial e uso de seu solo. De um lado empresas com visões capitalistas de exploração de uma terra que já foi palco de grandes manifestações históricas, do outro lado comunidades rurais de famílias essencialmente agrícolas e uma população urbana que vai ficando cada vez mais cercada em seu espaço físico, impactando suas atividades.

Portanto, buscou-se reunir dados e informações com a intenção de responder o seguinte problema de pesquisa: Ao longo do tempo, qual é a relação entre o processo de territorialização causado pelo eucalipto e cana-de-açúcar com a estrutura agrária e fundiária do município de Conceição da Barra?

O presente estudo possui grande relevância dentro da discussão socioambiental. A contribuição na gestão das políticas públicas para o desenvolvimento de projetos fortalecendo a agricultura familiar do município, a identificação do estado atual das relações sociais e as transformações da paisagem que podem ter resultados em impactos negativos severos, a disposição espacial das terras de famílias agrícolas (comunidades tradicionais e assentamento), e o potencial agrícola, são pontos significativos dessa dissertação que resultarão na identificação de possíveis problemas, onde o poder público poderá tomar decisões significativas para mitigar agravos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.2 Geral

Contribuir para o entendimento da relação entre o processo de territorialização causado pelo eucalipto e pela cana-de-açúcar com a estrutura fundiária e agrária do município de Conceição da Barra ES.

1.2.3 Específicos

- Identificar as modificações que sofreu a estrutura fundiária do município ao longo do tempo, como também do estado do Espírito Santo;
- Destacar a importância da agricultura familiar e registrar resultados para políticas públicas;
- Analisar o arranjo das culturas permanentes, temporárias e da pecuária, e estabelecer relações com a estrutura fundiária do município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DINÂMICA TERRITORIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO

A concentração da terra foi um problema para diversas sociedades em função de dificultar e/ou impedir o desenvolvimento das forças produtivas e da sua relação com o poder político. Por isso, autores como Fernandes (2001) tratam a questão agrária como problema.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p. 23).

Pode-se também conceituar o espaço como uma base fundamental para a sobrevivência do homem sendo o lugar onde as condições de vida, de trabalho e social se realizam, contudo é a questão da mudança do espaço que determina a história do homem (MORAES, 1990).

A Geografia como ciência social tem como principal objeto de estudo a sociedade e o meio em que ela vive, alicerçada em cinco categorias capazes de interpretar o espaço geográfico, sendo elas: paisagem, região, espaço, lugar e território. São conceitos muito importantes no surgimento e desenvolvimento da ciência geográfica, pois nortearam os estudos que por muito tempo permaneceram confusos para somente depois a geografia se estabelecer como uma ciência (SCHWITZKY, 2011, p. 27).

Deste modo, dois grandes conceitos surgem nos estudos da Geografia: o espaço vital e o território. O primeiro é visto como uma porção do espaço em que o homem apreende e o segundo caracteriza-se pelo modo como ele se desdobra no espaço e expõe as suas necessidades territoriais. Nessa compreensão, o espaço transforma-se através da política, caracterizando-se como território de transformação do homem como um ser que cresce e materializa as suas relações sociais e práticas que resulta em várias formas de visão e de transformação.

Assim, o conceito de espaço vai tomando diversas formas e criando diversas definições para esses conceitos. Mas é a partir da década de 1970

que o conceito de espaço é adotado no materialismo histórico e dialético como um paradigma na ciência geográfica. Nesse momento, o conceito de espaço deixa de ser apenas como o local onde acontecem as relações sociais de produção, para levar em consideração de que maneira essas relações são concebidas e produzidas pela sociedade. (SCHWITZKY, 2011, p. 28)

O espaço deve ser apontado como um conjunto indelével onde participam, de um lado, organizações de objetos geográficos, de objetos naturais e objetos sociais, os quais estão relacionados e colaboram de forma direta com a construção do espaço onde se gera uma sociedade com olhar crítica e participativa.

E assim, o conceito de espaço foi se aprimorando e ganhando diversas definições ao longo do tempo. O homem contribui para essa construção. Outro termo relevante que contribui para esse trabalho é o de território, que da sequência a definição de espaço.

Como precursor dos estudos relacionados à dinâmica territorial, o território se forma a partir do espaço. E/le não é o espaço, é uma produção do espaço, resultado de uma ação produzida pelo homem que modifica o espaço, se apropriando dele, ou seja, territorializando o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Atualmente, o espaço tem ganhado muita importância nos estudos geográficos referente ao território e a natureza, já que esta vive em constantes transformações, produzindo e reproduzindo o território, remetendo a importância de se estudar a dinâmica espacial para posteriormente explicar as diversas espacialidades que o homem atua nas diferentes frações do território, influenciando nos processos da dinâmica territorial, territorializando, desterritorializando e reterritorializando do espaço vivido (SCHWITZKY, 2011, p. 31).

De uso comum, o termo território remete-se a terra, terreno. Considerando o território enquanto conceito delimitado e definido, entende-se por um conjunto de relações de poder sob a visão produtiva. As ligações de poder constituem-se como sistemas originadores de territórios tornando-se então um forte competidor em busca de novos territórios. (SCHWITZKY, 2011).

Com o avanço do processo denominado de globalização, a dinâmica territorial ficou ainda mais intensa, os processos de desterritorialização e reterritorialização se tornaram cada vez mais comuns na sociedade, pois se trata de um processo que tange o capitalismo e conseqüentemente cria uma constante movimentação nos modos de produção (SCHWITZKY, 2011, p. 36).

Desta forma, entende-se que a globalização separa as condições sociais, culturais e econômicas de forma rápida quanto a suas origens em determinadas

sociedades, pois o modo de produção cria uma dinâmica de ordem local, regional e até mundial de movimentos denominados desterritorializando e reterritorializando.

Sendo assim, estamos diante do que se denominou processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização, formado pela criação de territórios, representada pela territorialização, a sua destruição e desenraizamento (mesmo temporariamente) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização (SCHWITZKY, 2011, p. 36).

O território envolve ao mesmo tempo dimensões espaciais concretas de relações sociais e conjuntos de representações sobre o espaço, que influenciam essas relações. Dessa maneira, é importante frisar que antes do território ser ocupado de valor político e econômico, ele possui um valor cultural, de identidades e de relações, não caracterizando o território como algo imutável, pois ele pode ser dinâmico, e possuir movimento e conexões.

Ao se tratar da desterritorialização o capitalismo é entendido como um modo de produção processual, discordante e acontece de maneira desigual. Essa evolução tende a desarraigar os indivíduos e as ideias. Tudo aponta para uma evolução de desarraigar mercadorias, mercados, moeda, capital, empresas, publicidade e tecnologia (IANNI, 1992).

Ao abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico, denota-se que a ciência geográfica se enriquece cada vez mais de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para se entender a dinâmica espacial do mundo contemporâneo, criando-se riquíssimas discussões acerca dos processos que envolvem a dinâmica territorial (SCHWITZKY, 2011, p. 38).

Portanto, os processos de desterritorialização e reterritorialização segundo o discurso geográfico, possuem uma relação muito estreita e são fundamentais para a compreensão do território e das relações sociais que ocorrem nesses espaços. O saber geográfico a serviço da sociedade contemporânea e de seus fenômenos.

Para Fernandes (2014) ao fazer uma abordagem territorial a partir de paradigmas, a questão agrária tenta tratar os problemas envolvidos a partir de dois focos. Para o Paradigma da Questão Agrária (PQA), os problemas agrários são partes intrínsecas da estrutura do capitalismo e sua solução está relacionada à superação do capitalismo, através da luta de classe. Para o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), os problemas são conjunturais, e se resolvem com políticas que buscam integrar o agricultor familiar ao agronegócio.

No campo das discussões, o paradigma do capitalismo agrário afirma que a existência de problemas diz respeito a cada um dos sujeitos e/ou grupos que não se adequaram, ou não tiveram competência para acompanhar o processo, sendo, portanto, menos eficiente. Enquanto para o paradigma do capitalismo agrário o impasse está no campesinato, para o paradigma da questão agrária o impasse está no capitalismo. Esses dois paradigmas duelam tanto no campo teórico, no dissentimento pela elaboração e implementação de políticas públicas, como no conflito pela posse, uso e propriedade da terra, e no confronto entre camponeses, latifundiários e agronegócio.

Para Stedile (2012), a questão agrária está associada à interpretação e análise dos problemas de uma sociedade que em geral está relacionada até os dias de hoje à posse, uso e propriedade da terra. Não são apenas os problemas gerados pela concentração da propriedade da terra, a exemplo que ocorre em diversos países, esse problema a épocas impediam e/ou dificultavam o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Outro aspecto levantado por Stedile (2012), sobre a posse da terra vai além, diz respeito às pessoas e aos grupos sociais que moram em um demarcado território, sendo, portanto, um contexto político.

A propriedade da terra refere-se à situação jurídica que a reconhece como uma mercadoria e garante o direito de compra e venda; uma propriedade privada de pessoa física ou empresa, que foi estabelecida com a Lei de Terras de 1850. Até esse período, a propriedade da terra não existia, não sendo, portanto, um problema. Existia apenas a posse e o uso da terra, a qual era monopolizada por uma minoria que subordinava e explorava através das relações de produção. A posse da terra está relacionada a quem reside nela, quem a ocupa. E o uso da terra está relacionado à utilidade, o que se faz dela.

2.2 A TERRITÓRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA

O município de Conceição da Barra, Norte do Espírito Santo, apresenta um conflito territorial histórico entre comunidades descendentes de quilombolas e as chamadas empresas geradoras de plantios monocultoras que chegaram a partir da década de 1960 e 1980, modificando as relações territoriais locais. As principais empresas protagonista deste conflito é a Fibria, antiga Aracruz Celulose, e seus monocultivos de eucalipto e a DISA - Destilaria Itaúnas S/A, e ALCON – Cia. de

Álcool, e seus monocultivos de cana-de-açúcar. Assim Comunidades e monoculturas configurarão uma relação de conflito territorial em virtude do valor de diferentes formas de pensar e princípios de apoderamento e uso do território (PASINI, 2014).

A origem das comunidades quanto a sua presença no município, remota a uma sociedade colonial escravocrata entre os séculos XVI a XIX. A apropriação da natureza, sua organização e o seu desenvolvimento se fortaleceu até meados do século XX, onde as Comunidades de quilombola estiveram e circularam no município, conservando suas atividades e práticas como, por exemplo, extrativismo vegetal e animal e moradias (PASINI, 2014).

Estes grupos ocuparam extensas áreas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus produzindo e reproduzindo seu patrimônio material e imaterial por meio da agricultura, dos etnosaberes ligados às práticas curativas, alimentação, artesanato, calendário religioso e festivo, bem como à preservação do patrimônio genético da Mata Atlântica (SILVA e CARVALHO, 2008, p. 90).

Dentro dos aspectos legais, as terras das comunidades remanescentes de quilombo, foram instituídas pelo princípio da autoatribuição como componente fundamental para o reconhecimento e regularização territorial desses grupos. Baseado no princípio da autoatribuição, foi estabelecido o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas pelo Decreto 4.887, em 20 de novembro de 2003, além de ordenado seu cumprimento pelo Decreto 5.051, em 19 de abril de 2004.

No município de Conceição da Barra, esse processo começou, segundo Ferreira (2009) principalmente no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a inclusão das Comunidades na luta contra a empresa Aracruz Celulose. Esse movimento teve apoio da Rede Alerta Contra o Deserto Verde¹, Associação de Geógrafos Brasileiros - ES, entre outros.

O resultado da organização das Comunidades gerou uma articulação denominada Comissão Quilombola do Sapê do Norte², criada em 2005. As

¹ A Rede Alerta Contra o Deserto Verde surge no Espírito Santo no final da década de 1990, com o intuito de combater a expansão das plantações de eucaliptos da Aracruz e de outras empresas.

² Essa comissão foi criada em 2005 e desde sua fundação tem trabalhado para articular as comunidades quilombolas em torno das lutas pela terra, pela água, saúde, educação, produção, alimentação, trabalho e cultura, visando promover a retomada dos territórios quilombolas, fortalecer a resistência do povo, contar sua história e transmitir às futuras gerações seus saberes. Se articula com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas Zacimba Gaba e com a CONAQ

Comunidades quilombolas do sapê do norte abrangem parte dos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Nova Venécia e Boa Esperança. A Comissão Quilombola do Sapê do Norte, organização política representativa, reconhece só nos município de Conceição da Barra e São Mateus um total de 32 comunidades quilombolas (CQSP e FASE, 2011).

O território das comunidades tradicionais dava-se não pela propriedade, mas pelo uso que praticavam, predominantemente marcado pelas práticas extrativistas -pesca, caça e coleta- e agrícolas –“roças” de mandioca, aipim, coco, abóbora, feijão, abacaxi, quiabo e outras. A forma da organização produtiva era simbolizada pela tranquilidade da ausência de cercas e pelo uso em comum de grandes extensões de floresta, brejos, rios e córregos, mar (FERREIRA, 2002, p. 79).

O processo exploratório das extensas áreas do município de Conceição da Barra teve início com a atividade madeireira no início do século XX. A expansão urbano-industrial incentivado pelo estado, principalmente a região sudeste, provocou um boom com a chegada das empresas de eucalipto e cana-de-açúcar, ocupando as terras e iniciando seus plantios em larga escala.

Segundo Maluf (2007) as decorrências da territorialização causada pela utilização de larga escala das terras pelo plantio de eucalipto e cana-de-açúcar nas comunidades quilombolas de Conceição da Barra, gerou uma diferença na produção e consumo de alimentos, sob as criações e distribuição.

Ferreira (2002) enfatiza a dinâmica territorial com a chegada das monoculturas em larga escala entre os anos de 1960 a 1992 sob os estabelecimentos e grupo de área total.

Os estabelecimentos de até 100 hectares apresentam queda de cerca de 60% em números absolutos e em área, e os entre 100 e 1.000 hectares tiveram queda de cerca de 70% em números absolutos e de 50% em área. No mesmo período, os poucos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares apresentaram crescimento de 250% em sua área, testemunhando a concentração de terra na mão de poucos proprietários: em 1992, apenas 13 estabelecimentos (1,6%) concentravam a área de 53.223,2 hectares (47,3%), majoritariamente ocupada pela monocultura do eucalipto; enquanto os 627 estabelecimentos com até 100 hectares (80%) ocupavam 19.470,8 hectares (17,3%).

Diante dos dados que foram levantados sobre a dinâmica territorial de Conceição da Barra, entre os anos de 1960 a 1992, verifica-se uma concentração de terras na mão de poucos proprietários nesse período. A utilização em larga escala

das terras que eram usadas em regime de uso comum entre as Comunidades, pode ter sido alterada, com relação à manutenção, a organização produtiva e social.

2.3 O PROCESSO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Do ponto de vista histórico, no lugar em que, hoje, é o Estado do Espírito Santo, foi, no passado (século XVI), a Capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho (1535-1561) que ficou com a incumbência de administrá-la. A Carta Régia de 12 de março de 1543 determinava as fronteiras norte e sul, enquanto a oeste, a linha imaginária estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas era o limite. Com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas no interior do estado, no início da colonização e a tentativa de monopolizar sua exploração, foi criado o estado de Minas Gerais, com parte dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, enquanto a parte leste, fronteira com Espírito Santo, continuou indefinida (LIMA, 2016).

Com imensas dificuldades, dentre elas, o pouco apoio da Coroa, a falta de recursos para explorar a área, a insubmissão indígena à sua exploração pelo trabalho e na defesa de seu território, mesmo que em algumas vezes tinham destruídas suas construções e plantações. O governo de Coutinho enfrentou grandes desafios. Essa situação fez com que, em alguns períodos, a Capitania fosse vinculada ao Governo Geral, administrada por Capitão-Mor, ou subordinada à capitania e/ou governos da Bahia. A formação litorânea e de pouca extensão foi resultante de fatores naturais, mas também políticos, e por alguns períodos as três fronteiras do Espírito Santo ficaram indefinidas, como afirma Oliveira.

Entre 1700 e 1800 o Espírito Santo perdeu a porção de território compreendida entre os rios Mucuri e Doce. O talvegue deste último passou a marcar a linha divisória entre a capitania e a da Bahia. Ao sul, estabelecera-se a raia em S. Catarina das Mós, distância de meia légua da barra do atual Itabapoana. A leste não havia lindes fixadas. A mata, a indiada e, mais que tudo, as ordens del-rei sujeitavam os capixabas na estreita e indeterminada faixa litorânea (OLIVEIRA, A., 2007, p. 248).

Segundo Lima (2016) nem mesmo a capital (Vitória) era considerada cidade e havia apenas seis vilas na província, sendo: Vitória, Espírito Santo – atual Vila Velha, Guarapari, Benevente, Nova Almeida e São Mateus. Esta última estava administrativamente vinculada à Capitania de Porto Seguro. O mais interessante nessa análise é que as matas e os indígenas foram desde muito tempo uma

resistência à penetração para além do litoral do estado. Oliveira, A. (2007) relata que 65 anos após o início da colonização nas terras do Espírito Santo, em nenhuma outra Capitania.

[...] as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que o habitava. Décênios, séculos decorriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 126).

Para Neto (2012), até o ano de 1850, a colonização no Espírito Santo se restringia ao litoral do estado; e até o ano de 1900, avançou ao interior, ao sul do Rio Doce. Até esse período, no Norte do estado a colonização margeava o litoral, se limitando aos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, se estendendo pelo interior do estado até a proximidade do atual município de Nova Venécia, pelo Rio São Mateus, e pela margem esquerda do Rio Doce, onde atualmente se encontra a cidade de Linhares. Ainda segundo o autor com um discurso desenvolvimentista a população indígena, assim como outros povos, foi invisibilizada para defender a territorialização a partir de 1900, assim como tem ocorrido no período mais recente, no processo de implantação e expansão da cultura do eucalipto sobre as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas.

Segundo Lima (2016) ressalta a relevância da produção da farinha de mandioca, onde o cultivo e a produção não ocupou um lugar central na economia colonial, mas sustentou essa estrutura, alimentando vilas, povoados e até mesmo fazendas que se especializavam em produções monocultoras. Ainda o autor reforça que a farinha de mandioca era o principal alimento até mesmo dentro dos navios negreiros onde alimentou muitos homens que saíam do Porto de São Mateus para buscar mercadoria escrava nas terras africanas; e serviu, ainda, como moeda de troca por gente escravizada nessas terras.

Segundo Neto (2012), outra atividade que ganhou destaque foi o madeireiro, no final do século XIX e início do século XX, essa atividade contribuiu de forma significativa para a economia do Espírito Santo, chegando à segunda colocação nas exportações, em função da demanda europeia. Essa não era uma atividade nova no

Espírito Santo, pois era praticada, principalmente no litoral, nas proximidades dos rios com maior volume d'água, os quais eram utilizados para o transporte.

Outro aspecto levantado por Neto (2012), o que favoreceu a exploração das madeiras, foi um conjunto de obras de infraestrutura, como estradas de acesso ao interior do Norte do estado. Isso permitiu que em poucas décadas, quase toda a floresta nativa do Norte do Espírito Santo, fosse desmatada para o comércio prioritário de madeiras de lei. Houve ampliação das rodovias que acelerou e favoreceu a chegada de mais madeiras em todo Norte capixaba.

Um dado estarrecedor é que em menos de 50 anos, todo o Norte do estado, que na década de 1940 era uma exuberante floresta de mata nativa, tornou-se um campo limpo. Os discursos de muitos proprietários da região e empresários donos das florestas de eucaliptos eram que as áreas de mata foram consideradas inproveitadas. Seguindo essa lógica, a mata precisava ser desmatada para adquirir valor. Uma floresta que era considerada de difícil acesso, "impenetrável" aos olhos do colonizador, em poucos passos, o que se viu foi tomada pelo eucalipto, primeiramente no litoral e, no período mais recente, em todo o Norte do estado (NETO, 2012).

2.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo está inserido em um processo dinâmico de mundialização do capital. Um olhar do passado é de inteira importância, pois as marcas estão registradas no presente, em que trilharam projetos avaliados de desenvolvimentistas, mas também registra lutas de camponeses que buscavam continuar em suas terras. A estrutura fundiária do estado do Espírito Santo, segundo Lima (2016), esta relacionada com as bases do processo de colonização do estado, tendo a região norte a maior concentração fundiária.

Tal fato vem ao encontro de Santos (2006) o qual concluiu que a divisão territorial do trabalho no passado deixou marcas no estado do Espírito Santo, com base no tipo de capital utilizado em sintonia com as técnicas sociais. O autor ainda relata que o Espírito Santo exerceu um papel fundamental na divisão territorial do trabalho, em diferentes níveis; regional, nacional e/ou internacional, que elevou o estado a um patamar nos últimos 50 anos de grandes transformações principalmente no Norte do estado.

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar, no contexto da implantação do PROÁLCOOL no estado, que ocorreu na década de 1980, onde os municípios nos quais foram instaladas alcooleiras, especificamente no norte do estado, como Conceição da Barra, São Mateus e Linhares tiveram evoluções acentuadas de concentração fundiária.

Em outra abordagem, Bergamim (2004) apresenta que os cultivos de eucalipto e de cana-de-açúcar não se restringem apenas aos municípios os quais estão instaladas as empresas processadoras das respectivas matérias-primas, mas também se desenvolvem em menor nível nos municípios vizinhos, provocando similarmente concentração fundiária. É incontestável a relação estreita das atividades mencionadas com a concentração fundiária, mas conferir unicamente a elas a responsabilidade pela tendência concentradora que se manifesta no Espírito Santo seria um erro.

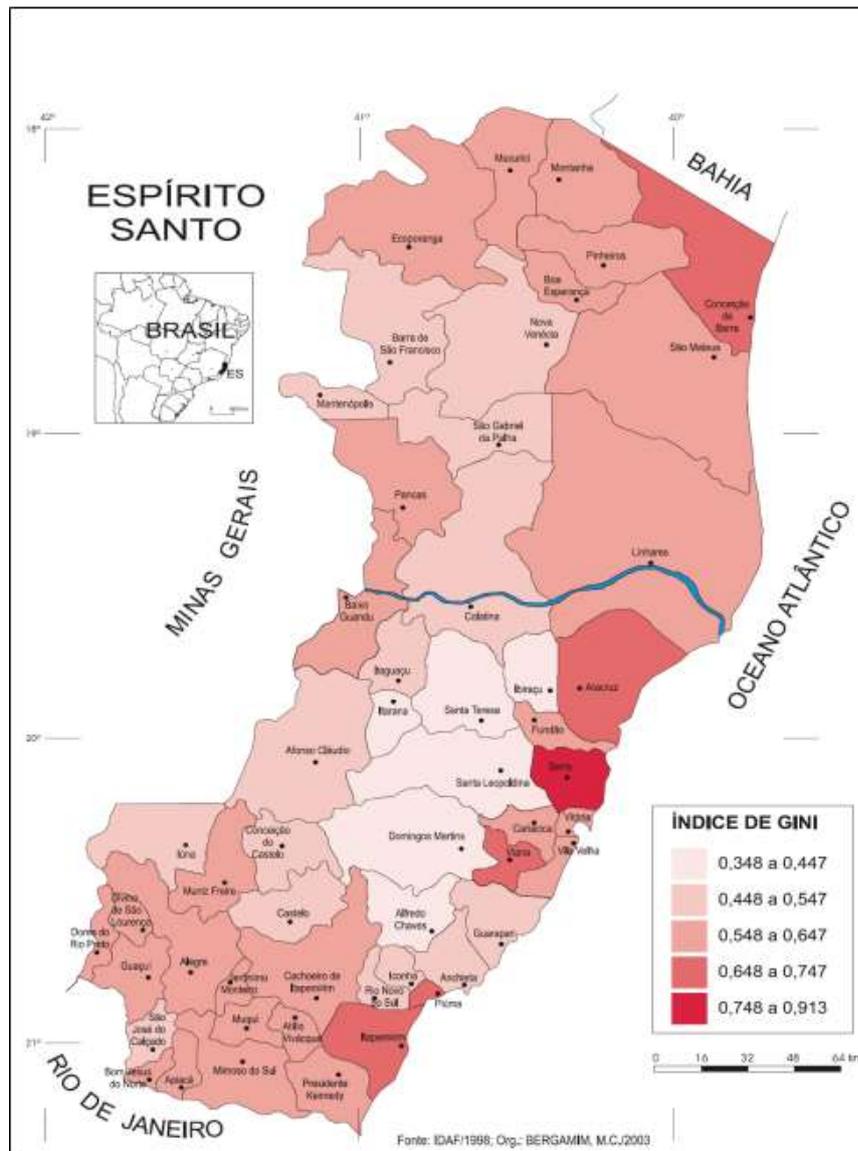
Na Figura 01, a seguir, essa relação é expressa levando em conta o índice de Gini³ elaborado a partir de cálculos baseado nos dados dos Censos Agropecuários do Espírito Santo 1970. O mapa permite visualizar as regiões de maior concentração da terra e, ao mesmo tempo o rompimento do ciclo tradicional da agropecuária e a ocupação direta dos solos, após o desmatamento por pastagens conferiram a essa região, sobretudo no extremo norte, uma estrutura fundiária mais concentrada. Assim, no ano de 1970, as maiores concentrações de terra, segundo o índice de Gini, são identificadas no município da Serra com um índice variando entre 0,748 e 0,913, Itapemirim, Aracruz e Conceição da Barra ambos com índices variando entre 0,648 e 0,747, conforme poderá ser observado na Figura 1.

O município da Serra se destacou, com o maior índice de Gini, nesta época, devido ao incentivo aos grandes projetos de desenvolvimento industrial no município, conforme explica Oliveira, M. (2007).

Após o projeto ser legalizado começa o processo de desapropriação das propriedades locais, em alguns casos foram possíveis só com a intervenção da justiça. Esta área destinada à criação do CIVIT era estratégica, já que era vizinha da área que a CVRD e a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) tinham na ponta de Tubarão destinada à construção de uma grande usina siderúrgica integrada (OLIVEIRA, M., 2007. p. 46).

³ O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

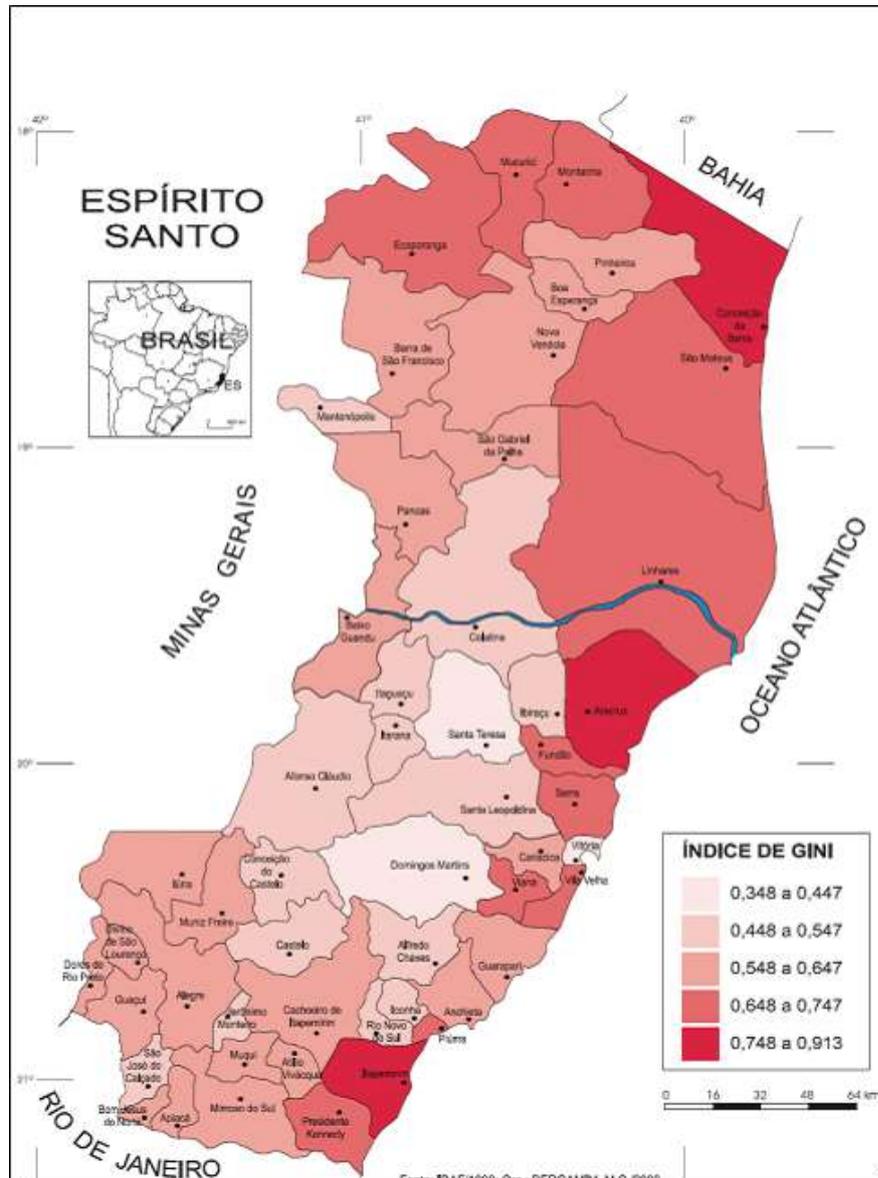
Figura 1 - Concentração Fundiária no estado do Espírito Santo – 1970 regiões de maior concentração da terra.



Fonte: Bergamim, (2004, p. 79).

Na Figura 2, tem-se a nova classificação dos municípios capixabas pelo Índice de Gini, considerando a estrutura fundiária em 1980. Verifica-se que houve uma concentração da terra especialmente nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz e Itapemirim, onde os índices de Gini também se elevaram com destaque para Conceição da Barra, onde o Índice de Gini passou a variar entre 0,748 e 0,913, Aracruz e Itapemirim também alcançaram os mesmos valores.

Figura 2 - Concentração Fundiária no estado do Espírito Santo – 1980 regiões de maior concentração da terra.



Fonte: Bergamim, (2004, p. 80).

O município de Itapemirim, incentivado pela implantação do PROÁLCOOL no Espírito Santo na década de 1980, desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar em consequência da instalação de uma usina produtora de açúcar, mas, também outros projetos agropecuários foram estabelecidos conforme relata Bergamim (2004).

No município de Aracruz, a Empresa Aracruz Celulose S.A., fundada em abril de 1972, após a avaliação de estudos sobre as tendências de produção e consumo de celulose em longo-prazo. Em setembro de 1978, a primeira unidade industrial de produção de celulose, fábrica A, entrou em operação. Em janeiro de 1985, entra em

operação um terminal portuário, Portocel. Estes eventos contribuíram para intensificar a ocupação do município e aumentar a concentração de terras a partir do ano de 1970 (ANDRADE, 2000).

A maior concentração da posse da terra ocorreu no momento mais intenso da modernização do estado do Espírito Santo, ou seja, entre os anos 1970 e 1980, a concentração atingiu de forma dura a estrutura agrária e as áreas médias dos estabelecimentos agropecuários (BERGAMIM, 2004).

Na Tabela 1 tem-se uma relação da área ocupada em hectares pela silvicultura e lavouras de cana-de-açúcar. Comparando os anos de 1970, 1980 e 1985, as plantações de silvicultura, voltada à produção de celulose (e em menor escala ao fornecimento de carvão a siderúrgicas), verifica-se um crescimento de forma considerável devido ao sistema monocultor e plantações em larga escala. Em 1970 havia 53.630 mil hectares; em 1980 a área destinada a silvicultura ampliou para 118.534 um percentual de aumento de 121%; em 1985 esse número continua crescer para 198.914 hectares, e em comparação a 1970 tem-se um aumento de 271%.

A cana-de-açúcar, matéria prima do álcool combustível, cujo consumo, no Brasil, aumenta significativamente entre o fim da década de 70 até a década de 1980, com incentivo do programa PROALCOOL, a área, que em 1980 era de 18.475 hectares com a ampliação dos plantios, em 1985, esse número se eleva para 42.825 hectares, um percentual de aumento de 132%.

Ainda com relação à Tabela 1, pode-se verificar que o crescimento acumulado da cana-de-açúcar e silvicultura, mais que triplicou ao longo destes 15 anos. No município de Conceição da Barra, saindo de 74.427 ha para 241.739 ha, o que representa um aumento de 325% em relação ao ano de 1970.

Tabela 1 - Área ocupada, em hectares, pela silvicultura e lavouras de cana-de açúcar no Espírito Santo nos anos de 1970, 1980 e 1985.

Cultivo	1970	1980	1985
Cana-de-açúcar	20.797	18.475	42.825
Silvicultura	53.630	118.534	198.914
Total	74.427	137.009	241.739

Fonte: Neto (2009).

Segundo Lima (2016) foi em pleno auge do Regime Militar que iniciou a política de incentivo à revolução verde⁴. A partir da década de 1970, a revolução verde contribuiu para implantação dos grandes projetos de desenvolvimento industrial, com o pretexto de tirar o estado do retardo econômico.

Diante dessa afirmação que colabora para a formação de uma ideologia desenvolvimentista, tendo o Espírito Santo como principal veículo estimulador, autor de políticas e financiador, seja através de incentivos fiscais, infraestrutura, formação técnica, dentre outros. Além disso, defender a “vocação” para o plantio “florestal” monocultor de eucalipto é uma das formas de favorecer a lógica de expansão do eucalipto sobre as terras agricultáveis no Espírito Santo.

Existe um discurso de afirmações de que as terras no Espírito Santo possuem “aptidão” ou “vocação” para o cultivo “florestal”, como é o caso do Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (Cedagro): “O Espírito Santo tem boa aptidão para o cultivo florestal representando 30% das terras agricultáveis do Estado, o que corresponde a cerca de 900 mil hectares de terras com vocação preferencial” (CEDAGRO, 2011. p. 3). Dados surpreendentes colocam o Espírito Santo na 8ª posição nacional entre os estados com maior área de eucalipto, são 247,9 mil hectares (CEDAGRO, 2011).

A busca por construir uma agricultura sem agricultores parece ser a tônica da hegemonia do agronegócio. Dentro dessa análise, para o agronegócio, não existem alimentos, e sim, produtos e matéria-prima, não existem pessoas, mas consumidores e vendedores da força de trabalho. Ainda nesta mesma linha de consideração, enfatiza que, a análise das características de uma estrutura fundiária nos fornece respostas mediante um processo de intensificação de um modelo desenvolvimentista de exploração do campo.

Na Tabela 2 pode ser observada a distribuição das propriedades por tamanho da área dos estabelecimentos, dos municípios do estado do Espírito Santo, com base nas características de sua estrutura fundiária. Neto (2009) agrupou as propriedades rurais pelo tamanho da seguinte forma: Pequenas (<100 ha), Médias (> 100 ha e < 1000 ha) e Grandes (> 1000 ha), conforme apresentado na Tabela 2.

⁴ Inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo.

Tabela 2 - Distribuição percentual do espaço territorial conforme classe de tamanho das propriedades nos municípios do estado do Espírito Santo com base no ano de 2006.

Município	Pequenas (<100 ha)	Médias (> 100 ha e < 1000 ha)	Grandes (> 1000 ha)
Santa Maria de Jetibá	94,74%	5,26%	0,00%
Iconha	88,54%	11,46%	0,00%
Domingos Martins	84,10%	15,90%	0,00%
Marechal Floriano	82,95%	17,05%	0,00%
Rio Novo do Sul	82,25%	17,75%	0,00%
Itarana	79,34%	20,66%	0,00%
Venda Nova do Imigrante	76,55%	23,45%	0,00%
Alfredo Chaves	74,50%	25,50%	0,00%
Laranja da Terra	73,11%	26,89%	0,00%
Jerônimo Monteiro	72,20%	27,80%	0,00%
Ibatiba	72,03%	27,97%	0,00%
Castelo	70,61%	29,39%	0,00%
Irupi	73,55%	19,92%	6,53%
Conceição do Castelo	71,03%	18,03%	10,94%
Santa Leopoldina	70,42%	26,93%	2,65%
São Gabriel da Palha	68,05%	26,43%	5,52%
Santa Teresa	67,39%	32,61%	0,00%
Iúna	67,38%	29,27%	3,35%
Vargem Alta	66,39%	20,96%	12,65%
Rio Bananal	65,48%	34,52%	0,00%
Afonso Cláudio	64,79%	34,20%	1,01%
Águia Branca	63,61%	36,39%	0,00%
Mantenópolis	61,79%	38,21%	0,00%
Divino de São Lourenço	61,43%	38,57%	0,00%
São Domingos do Norte	60,72%	39,28%	0,00%
Marilândia	61,75%	31,48%	6,77%
Ibitirama	61,54%	26,87%	11,59%
Barra de São Francisco	59,60%	33,60%	6,80%
Vila Pavão	59,56%	37,40%	3,04%
Itaguaçu	58,16%	37,47%	4,37%
Água Doce do Norte	57,91%	38,47%	3,62%

Fonte: Neto (2009, p. 27).

Continuação

Tabela 2 - Distribuição percentual do espaço territorial conforme classe de tamanho das propriedades nos municípios do estado do Espírito Santo com base no ano de 2006.

Município	Pequenas (< 100 ha)	Médias (> 100 ha e < 1000 ha)	Grandes (> 1000 ha)
São José do Calçado	57,42%	42,58%	0,00%
Guarapari	56,62%	37,59%	5,79%
Pancas	55,79%	42,28%	1,93%
Alegre	53,72%	46,28%	0,00%
Ibiraçu	52,72%	47,28%	0,00%
Atílio Vivácqua	51,91%	48,09%	0,00%
Apiacá	49,64%	50,36%	0,00%
Muniz Freire	49,41%	39,35%	11,24%
Dores do Rio Preto	48,94%	51,06%	0,00%
Fundão	48,90%	51,10%	0,00%
Alto Rio Novo	48,60%	51,40%	0,00%
Cachoeiro de Itapemirim	48,23%	45,37%	6,40%
Anchieta	48,19%	51,81%	0,00%
João Neiva	48,18%	45,31%	6,51%
Colatina	47,55%	50,48%	1,97%
Jaguaré	44,40%	53,30%	2,30%
Viana	43,97%	56,03%	0,00%
Piúma	43,13%	56,87%	0,00%
Nova Venécia	40,96%	53,46%	5,58%
Muqui	39,91%	60,09%	0,00%
Bom Jesus do Norte	39,62%	60,38%	0,00%
Mimoso do Sul	40,25%	53,02%	6,73%
Itapemirim	39,94%	28,01%	32,05%
Presidente Kennedy	38,25%	52,35%	9,40%
Baixo Guandu	38,12%	51,69%	10,19%
Boa Esperança	36,42%	49,44%	14,14%
Guaçuí	33,37%	58,06%	8,57%
Linhares	26,45%	55,06%	18,49%
São Mateus	21,02%	29,27%	49,71%
Aracruz	19,00%	25,22%	55,78%
Pinheiros	17,02%	57,08%	25,90%
Ecoporanga	16,30%	52,91%	30,79%
Mucurici	15,08%	47,77%	37,15%
Montanha	15,07%	58,52%	26,41%
Pedro Canário	11,99%	64,61%	23,40%
Conceição da Barra	10,18%	14,33%	75,49%

Fonte: Neto (2009, p. 27).

O grupo dos municípios que estão organizados entre Santa Maria de Jetibá a Castelo possui estrutura fundiária na qual as pequenas propriedades rurais predominam e ocupam um percentual elevadíssimo da área agrícola, estar entre 94,74% a 70,61 %, e os grandes imóveis são inexistentes.

Já o grupo dos municípios que estão entre Irupi a Linhares ainda existe pequenas propriedades, porém há certo equilíbrio com a área ocupada pelos imóveis de média extensão, onde nota-se um predomínio a partir do município de Apiacá destaca-se os municípios de Muqui com 60,09% e Pedro Canário com 64,61%. Também se verifica o espaço ocupado pelos grandes imóveis.

A estrutura fundiária dos grandes imóveis rurais se concentra entre os municípios de São Mateus, que ocupa 49,71%, Aracruz, 55,78% porém, Conceição da Barra aparece em destaque com a maior concentração, 75,49%. Entre esses municípios o percentual das pequenas propriedades rurais é bem inferior.

2.5 A AGRICULTURA FAMILIAR, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA POTENCIALIDADE ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL.

2.5.1 Conceito de Agricultura Familiar

Para avaliar com precisão a importância e a complexidade do segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por importante parcela da produção agrícola, apresentando em importantes atividades, inter-relações estreitas com os segmentos industriais e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio.

Ao explicar o conceito de desenvolvimento local como um processo interior de mudança, que eleva a melhoria da qualidade de vida da população e o dinamismo econômico, é preciso levar em conta a sustentabilidade de pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser estável, o desenvolvimento local deve estimular e explorar as potências locais, ao mesmo tempo deve possibilitar a manutenção dos recursos naturais locais, que é a base das premissas para que uma dada população tenha qualidade de vida assegurada (VEIGA, 2008).

Segundo Schneider (2003) a expressão “agricultura familiar” é de uso contemporâneo tanto no meio acadêmico e governamental, quanto em programas de políticas públicas em nosso país. Também chamada de pequena produção,

agricultura de baixa renda, ou de subsistência, esse grupo social manteve-se a margem do contexto das discussões. Como faz notar, Abramovay (1992) e Veiga (1991) autores relevantes das ciências sociais foram os primeiros a inserir esse conceito de agricultura familiar e diferenciá-lo do clássico conceito de produtor de pequena produção ou do camponês, que prevalecia antigamente nas discussões agrária.

Ferraz et al. (2008) também comenta que o conceito de agricultura familiar é algo que está em discussão, pois é muito vasto e permite fazer vários questionamentos e análises. Não obstante, existem alguns elementos do conceito, que permitem dar traços comuns entre as famílias como são proprietárias dos meios de produção, do trabalho da terra, desenvolvem demonstrações de valores e assegura tradições ao redor da família (TEDESCO, 2001).

O conceito de agricultura familiar é aqui entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva. A propriedade é aqui fundada no trabalho pessoal, ao contrário da agricultura patronal e capitalista, fundada na exploração do trabalho de outros (sistema assalariado).

De acordo com a definição da FAO/INCRA, a agricultura familiar está baseada em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, e os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) (SANTOS, 2013, p. 21).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 ordena a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Lei estabelece e mostra o direcionamento aos conceitos, aos princípios e aos instrumentos da perspectiva legal, em que o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos citados no seu art. 3º.

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento;
IV - dirija seu estabelecimento com sua família.

Verifica-se de comum na abordagem que institui os conceitos, princípios e instrumentos direcionados à agricultura Familiar (Lei nº 11.326), a relação de três fatores que diferenciam a agricultura familiar de outros modelos de agricultura, são

ele: primeiro, a relação entre a terra e segundo o trabalho e terceiro a família. Os fatores estão intimamente ligados a base da produção agrícola familiar

2.5.2 A importância e a contribuição da agricultura familiar no Brasil e no Espírito Santo

A Agricultura familiar brasileira foi por muitos anos um setor à margem do contexto, da presença política e econômica do país, enquanto a população era abastecida por uma agricultura camponesa de alicerce familiar. Fundamentada nas pequenas propriedades, os grandes estabelecimentos rurais se encarregavam da produção de monoculturas voltadas para exportação.

A agricultura familiar está entre os importantes segmentos de desenvolvimento do Brasil. Dados com aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros, avançam para que a agricultura familiar contribua com 38% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. Ainda, o setor responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos que compõem a cesta básica brasileira, e representa sete em cada dez postos de trabalho no campo (MDA, 2017).

A agricultura familiar vem contribuindo para o equilíbrio do desenvolvimento do país, pois através de seus milhões de pequenos produtores é um setor em crescimento e de inteira relevância para nossa nação. Todos os anos ela movimentava bilhões de reais para o país, produzindo mais da metade dos alimentos que são consumidos por nós.

A Tabela 3 apresenta a produção da agricultura familiar e não familiar para produtos selecionados, e também o percentual dessa participação de produtos segundo o último Censo Agropecuário de IBGE (2006).

A agricultura familiar produz 83,2% da mandioca, 69,6% do feijão, 45,6% do milho, 38% do café em grão (verde), 33,1% do arroz em casca e 33,1% do trigo do Brasil. Muitos produtos possuem maior participação de produção em comparação a produção não familiar, mostrando a importância desse segmento dentro do contexto econômico nacional. Na pecuária, é responsável por 57,6% da produção leiteira e 16,2% de ovos de galinha.

Tabela 3 - Produção da agricultura familiar e da não familiar para produtos selecionados do Brasil, 2006.

Produto	Produção não familiar	Produção familiar	Participação da agricultura familiar (%)
Arroz em casca (1.000 t)	6.484	3.204	33 %
Feijão-preto (1.000 t)	160	512	76 %
Feijão de cor (1.000 t)	595	685	53 %
Feijão-outros (1 000 t)	184	953	83 %
Feijão-total (1.000 t)	939	2.149	69 %
Mandioca (1.000 t)	2.006	9.907	83 %
Milho em grão (1.000 t)	22.555	18.873	45 %
Soja (1.000 t)	39.731	6.465	14 %
Trigo (1.000 t)	1.760	473	21 %
Café em grão (verde 1000 t)	1.502	919	38 %
Leite de vaca (1000 litros)	8.719	11.849	57 %
Leite de cabra (1000 litros)	12	24	67 %
Ovos de galinha (1000 dúzias)	2.231	451	16 %

Fonte: Hoffmann (2011, p. 419).

Todos esses produtos selecionados estão diretamente na mesa da população brasileira que consomem esses alimentos. Muitos desses produtos de base familiar são produzidos de forma orgânica dando importância ao aspecto saudável desses alimentos. De acordo com Brasil (2015) a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Dentre esses alimentos estão, a mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) esses produtos selecionados fazem parte da produção agrícola familiar.

Outra importância dessa comparação com a agricultura não familiar está na participação do PIB, em que a agricultura familiar mantém sua contribuição no cenário econômico nacional, segundo Guilhoto et al (2007) no final de 2005 essa participação era de R\$ 1.938 milhões de reais.

A Tabela 4, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário de 2006, apresenta uma relação entre o número dos estabelecimentos, a área, a mão-de-obra ofertada, o valor da produção e a receita entre a agricultura familiar e a não familiar. Os dados mostram que existe um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuária no Brasil, sendo que 84.4% (4.367.902) são estabelecimentos rurais de agricultura familiar e 15.6% (807.587) não familiar. A área total das unidades familiares era de

(24,3%) 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos não familiar era de (75,7%) 249.690.940 hectares.

Conforme a Tabela 4, a mão-de-obra ofertada pela agricultura familiar é de 12,3 milhões de pessoas, um quadro bem maior que a agricultura não familiar que é de somente 4,2 milhões de pessoas. Esse cenário mostra a importância da geração de emprego e renda para milhões de pessoas na cadeia de produção de alimentos da agricultura familiar, um percentual de 74%. A mecanização empregada na agricultura não familiar pode ser a razão pelo baixo percentual de mão-de-obra empregada no campo, cerca com cerca de 26% total. Já o valor da produção, a agricultura não familiar detém o maior valor, na ordem de R\$ 89,5 bilhões que esse setor gerou no Brasil, com uma receita de R\$ 80,5 bilhões para a economia Brasileira. Em seguida, a agricultura familiar não muito distante dessa realidade contribui com um valor de produção na ordem de R\$ 54,4 bilhões, que gerou uma receita para a economia Brasileira em torno de R\$ 41,3 bilhões.

Tabela 4 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006.

Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de Estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões de Hectares)	80,3	24%	249,7	76%
Mão-de-obra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da Produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34%	80,5	66%

Fonte: França, Del Grossi e Marque (2009, p. 152).

O desempenho da agricultura familiar é considerado satisfatório. Segundo o MDA (2015), entre a safra de 2015 e 2016, produção agrícola Brasileira foi de 210,7 milhões de toneladas. Nesse cenário, a participação da agricultura familiar foi relevante visto que 80% desta produção vêm destes estabelecimentos e emprega mais de 12 milhões de pessoas no setor, conforme mostra a Tabela 4.

Em relação à localização regional, a parcela familiar tem características bem percebidas. Nas regiões do Norte, Sul e Nordeste do país, a agricultura familiar tem significativa contribuição no PIB do agronegócio. Em contrapartida, nas regiões do Centro-Oeste e Sudeste, sua contribuição é menor. Analisando a participação da agricultura familiar na economia brasileira, Guilhoto et al (2006) expõe a relevância

da produção familiar não apenas como um fator que diminui o êxodo rural, mas como fonte de recursos e de emprego para famílias de baixa renda.

É incontestável a importância econômica, social, cultural e ambiental da agricultura familiar para projetos de ordem nacional especialmente de países de grande extensão territorial como o Brasil. O bom desempenho vivenciado ao longo das últimas décadas pela agricultura familiar brasileira pode ser dado à formação de políticas públicas para o crescimento, como programas voltados para promoção da alimentação e abastecimento, meio ambiente e melhoramento dos níveis de qualidade de vida da população rural.

Segundo o SNA (2015), 77 % dos estabelecimentos rurais do Espírito Santo são familiares. Este grande grupo de trabalhadores detém 40% da área e constitui 36% do valor da produção rural. Levando em consideração esses dados, a agricultura familiar é uma peça fundamental no planejamento estratégico da agricultura do Espírito Santo.

Alguns números criam um cenário da extensão e da importância deste modo de produção no território capixaba. Cerca de 77% do total dos produtores agregam 220 mil agricultores; possui 40% da área rural; produz 36% da VPB (Valor da Produção Agropecuária); corresponde por 61% da produção de oleícolas; 56% é produzido de cereais; 43% de frutas são produzidas, 42% e destinada a produção leiteira; e 41% é responsável pela produção cafeeira (SNA 2015).

2.5.3 Políticas Públicas para a agricultura familiar

A partir do período pós-guerra, a política agrícola brasileira foi norteadada para dirigir à modernização do sistema de produção agropecuária, tendo como foco principal o aumento da produtividade, a partir da inserção de avanços tecnológicos, e como público-alvo a empresa rural capitalizável, reconhecida por grandes extensões de terra, com aquisição garantida a grandes ajudas fiscais e linhas de créditos (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

Esse período foi marcado por vultosos processos que foram responsáveis por profundos impactos sociais e ambientais no meio rural, além de influenciar a dinâmica populacional brasileira com fenômenos de migração. Na literatura esse processo ficou conhecido como modernização conservadora ou “modernização dolorosa”, por promover alterações na estrutura fundiária e um aumento da

marginalização dos pequenos agricultores familiares, imprimindo um padrão de desenvolvimento rural bastante insustentável (GRAZIANO, 1982).

Na tentativa de diminuir esses reflexos da saída do homem rural do campo e minimizar os indicadores de exclusão rural, leis, políticas públicas e programas foram criados para contribuir para o desenvolvimento rural. A seguir, será apresentada uma descrição, em linhas gerais, das principais políticas públicas disponíveis e vigentes que podem ser utilizadas pelo homem do campo, em especial os agricultores de base familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 como resultado das muitas petições dos trabalhadores rurais dispostos a clamarem, como também dos anseios de grupos sociais que defendiam a relevância de se constituir políticas que oferecessem ao agricultor rural meios de fortalecer sua produção.

Segundo o IPEA (2012), o PRONAF tem alcançado dimensões em todo o território nacional com operações consideráveis de recursos monetários na economia de muitos municípios com destaque para os mais pobres, assim firmando-se como a mais importante das ações de política com a finalidade de apoiar à agricultura familiar no Brasil.

Através do Decreto nº 1.946, o PRONAF foi organizado em escalas governamentais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros atores. Em seu formato institucional, o PRONAF foi fundamentado em três linhas diferentes:

- i) Crédito, linha esta que, desde o início do programa, foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e Serviços Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente (IPEA, 2012).

A construção do PRONAF foi sustentada pelo argumento da importância da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de empregos no Brasil, mesmo esta categoria tendo sido praticamente ignorada pelas políticas públicas das décadas anteriores. Era importante que, uma vez institucionalizado, o PRONAF fosse rapidamente acessado por um expressivo número de agricultores familiares, demonstrando a sua necessidade e relevância, e que o Programa apresentasse resultados rápidos em termos de aumento da produção e da renda para esta categoria social. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura surgiu em

2003, foi instituído pelo Artigo 19 da Lei nº. 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, ambos de 02 de julho de 2003. Partindo de um entendimento social em comum sobre a segurança alimentar e nutricional, o PAA atende tanto as procuras de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar, como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos.

Recentemente, a partir das mudanças que ocorreram no Programa e com a manifestação de seus resultados, as suas finalidades foram melhores explicitadas na Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011, quais sejam, segundo Brasil, presidência da República (BRASIL, 2011):

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Considera-se que um dos principais objetivos do PAA é assistir o maior número de agricultores familiares, viabilizando oportunidades de entrada aos mercados, estreitando laços comerciais, e melhorando processos de gestão, fomentando associações e melhorando a qualidade de vida do homem do campo e impossibilitando, o êxodo rural.

Segundo Cruz (2016), desde quando surgiu o programa em 2003 até 2015, o PAA adquiriu produtos de cerca de 1,3 milhão de famílias de agricultores familiares, com um volume de investimento em torno de seis bilhões de reais, na aquisição de alimentos com cerca de 4,5 milhões de toneladas. Os números mostram a importância dessa política para o fortalecimento da agricultura familiar e do progresso para superar a insegurança de milhares de famílias no contexto alimentar e nutricional, também para diminuir os impactos da vulnerabilidade social.

Outro aspecto levantado por Cruz (2016) diz que a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab foi responsável pela aplicação de aproximadamente 56% dos recursos, ou seja, R\$ 3,34 bilhões. Negociações feitas pela Companhia

envolveu a aquisição de 2,5 milhões de toneladas de alimentos, onde 16.323 projetos foram aprovados, e possibilitando acesso ao programa cerca de 970 mil agricultores, no qual em torno de 5 mil Organizações de Agricultura Familiar tiveram acesso ao Programa totalizando 2.700 municípios brasileiros.

O Programa visa fomentar ações de aquisição e distribuição de produtos agropecuários, promovendo à formação de estoques estratégicos e atendendo pessoas em situação de insegurança alimentar, oferecendo uma alimentação diversificada, valorizando a produção e a cultura alimentar, por fim o programa pode levar dinamismo a economias locais, gerando sustentabilidade e força ao homem do campo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e das políticas mais antigas no Brasil, o PNAE é voltada para a segurança alimentar nutricional das escolas. Esta política foi aprimorada com a criação da lei 11.947 de 2009 (BRASIL, 2009), a qual determina que Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve repassar o valor de 30% para compra direta de produtos da agricultura familiar.

Através do PNAE, a aquisição de alimentos é feita sem processo licitatório levando em consideração que o preço seja compatível com os referentes no mercado local e os alimentos encontram-se de acordo com os requisitos de controle de qualidade exigidos.

Ainda de acordo com o FNDE (2017), o PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

Atualmente, o valor repassado pela União aos Estados e Municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. (FNDE, 2017). Na Tabela 5 apresenta os valores do *per capita* do PNAE do ano 2017, comparando ao ano de 2016, em que creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental, médio e EJA, escolas quilombolas e indígenas, escolas com atendimento especializado e escolas de período integral são contempladas com essa política. Em todas as etapas de ensino, comparando o ano de 2016, os valores

repassados tiveram um reajuste, exceto a etapa EJA e Indígena, pois os valores de repasse do ano 2017 foram menores.

Tabela 5 - Valores pagos *per capita* pelo PNAE atualizados para os anos de 2016 e 2017, em cada etapa de ensino.

Etapas de Ensino	Per capita 2017	Per capita 2016
Creche	R\$ 1,07	R\$ 1,00
Pré-escola	R\$ 0,53	R\$ 0,50
Ensino Fundamental	R\$ 0,36	R\$ 0,30
Ensino Médio	R\$ 0,36	R\$ 0,30
EJA	R\$ 0,32	R\$ 0,60
Quilombola	R\$ 0,64	R\$ 0,60
Indígena	R\$ 0,64	R\$ 1,07
Atendimento Educacional Especializado	R\$ 0,53	R\$ 0,50
Período Integral	R\$ 1,07	R\$ 1,00

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2017).

Segundo BRASIL (2012), o repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. O orçamento do Programa para 2014 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos.

As políticas públicas do jovem rural perpassam sobre sua exclusão, e sua invisibilidade em relação aos seus direitos, tais como: social, cultural e econômico, vem sendo discutido por diversos autores como, por exemplo, Weisheimer (2005); Castro, Aquino e Andrade (2009).

A primeira declaração formal sobre a necessidade de um olhar sobre os jovens, em um contexto histórico, como lembram Silva e Andrade (2009), foi representado pelo compromisso assumido pela ONU, em 1965, documento chamado “Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos” (Silva e Andrade, 2009, p. 45).

Vinte anos depois deste primeiro acordo em 1985, foi realizado o Ano da Juventude; em 1995, a ONU promoveu o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), recomendando aos Jovens, especialmente aos mais vulneráveis políticas de ação integradora (MDA, 2013). A insegurança que caracteriza o jovem,

de modo geral, é ainda mais sistemática quando se observa o jovem rural, talvez porque esse grupo seja cada vez menor no Brasil e ainda receba pouca atenção de políticas públicas específicas. Segundo Camarano e Abramovay (1999) a tendência do jovem rural a deixar o campo, optando em geral pela migração para uma cidade próxima, vem ocorrendo desde a década de 40-50 do século passado.

Camarano e Abramovay (1999) analisaram a transição entre gêneros ao longo do tempo e mostraram que em 1950 havia mais moças do que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos era praticamente a mesma; apontando uma evolução nas décadas seguintes, o predomínio populacional dos rapazes foi crescente. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças.

Os estudos de Camarano e Abramovay (1999) vêm se reproduzindo, a cada ano. Dados do censo brasileiro de 2010, por exemplo, indicam que a população brasileira, com um total de 190,7 milhões de pessoas, está concentrada nas cidades, onde vive 84,36% deste total. Em contrapartida, são 15,64% que vivem no meio rural, destes 8,23% são homens, e 7,41% são mulheres, apontando uma tendência que vem sendo examinada no Brasil desde os anos cinquenta.

As possibilidades da demanda de trabalho e faturamento, tanto no campo como nas cidades, são avaliadas pelos jovens rurais e influenciam sua intenção de sair ou permanecer na terra. A cidade é vista pelo fácil acesso aos meios que e valorizados pelos jovens, como o estudo e o trabalho, já na zona rural é prezado a sua tranquilidade, segurança e qualidade de vida.

Ainda nesta mesma linha de considerações, o jovem avalia todas as condições favoráveis e desfavoráveis que encontra em seu meio. Observar as dificuldades e as realizações de seus pais podem influenciar as opções de permanecer ou ficar na terra.

Menezes, Malagodi e Marques (2008) descrevem assim a situação extremamente precária, para os jovens, em assentamentos que visitaram em seus estudos:

“A instalação no assentamento e a vida atual das famílias estão marcadas por um grande número de dificuldades: inadimplência e endividamento dos pais, venda da produção a atravessadores, queda no preço dos produtos, falta de assistência técnica, falta de crédito, além da enorme dificuldade que enfrentam até hoje para montar a infraestrutura adequada, de capital mínimo para cuidar da lavoura, para a formação das culturas permanentes, criação de qualidade, instalações rurais etc. Todas essas dificuldades são

vivenciadas de maneira peculiar pelos jovens assentados, e os influencia na construção de suas estratégias de vida. A renda obtida pela venda da produção anual de bananas, principal produto da região, somada à renda obtida com os cultivos de subsistência, é insuficiente para atender o consumo das famílias e, conseqüentemente, suprir satisfatoriamente as demandas dos próprios jovens” (MENEZES; MALAGODI; MARQUES, 2008, p. 140).

Algumas políticas de suporte à exploração produtiva da terra desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário oferecem programas que podem ter o jovem rural como beneficiário direto. Como exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que garante o crédito rural para agricultores familiares; e a Política de Assistência Técnica voltada para a Agricultura Familiar (PNATER).

Na PNATER, o jovem rural apresenta-se entre as diretrizes estabelecidas para ater, do seguinte modo: “Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão”. (MDA, 2007, p. 8).

A linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2013) atua em diferentes situações de vulnerabilidade garantindo créditos para custeio e investimentos na produção agrícola para várias categorias de produtores familiares. Uma destas categorias dentro do Pronaf é a linha específica de crédito para jovens rurais, chamada Pronaf Jovem, que beneficia os filhos de famílias que já fazem parte do Pronaf e agora esses jovens poderão explorar parcelas da terra dos pais.

As condições de financiamento do Pronaf Jovem são as seguintes:

I - Limite por beneficiário: até R\$12.000,00 (doze mil reais), independentemente dos limites definidos para outros financiamentos ao amparo do Pronaf, observado que só pode ser concedido 1 (um) financiamento para cada beneficiário; II - Encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano); III - Prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, a qual poderá ser elevada para até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade (MDA, 2013, p. 55).

Assim, a linha Pronaf Jovem possibilita que o jovem rural, filho de uma família que obteve acesso à terra por meio de reforma agrária ou crédito fundiário, possa usar parcela da terra de seus pais para realizar projeto de exploração produtiva, contando com o máximo de R\$ 12.000,00 para este projeto.

De acordo com as condições específicas definidas pelo Pronaf, o jovem rural terá acesso a créditos de maior montante (R\$ 20.000 para investimento ou R\$ 21.500,00 se o Projeto Técnico incluir Assistência Técnica e Extensão Rural), do que o oferecido pela linha Pronaf Jovem.

No Quadro 1, tem-se os critérios para se tornar um dos beneficiários do Pronaf jovem e os critérios de elegibilidade segundo o Banco Central (2012). Como se pode observar no Quadro 1, para ser um dos beneficiários da política do Pronaf jovem, estes jovens precisam ter entre 16 a 29 anos, e que estejam estudando tanto em centros familiares de formação por alternância, ou em escolas agrotécnicas de ensino médio, ou feito estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quadro 1 - Beneficiários do Pronaf Jovem e critérios de elegibilidade no Programa

BENEFICIÁRIOS
Jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), maiores de 16 (dezesesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
II - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
III - tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) ou que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2012.

Este programa torna o campo mais atrativo e é um grande objetivo para que os jovens permaneçam no campo ou voltem, para que possam preservar vínculos,

valores familiares, comunitário, e produzindo alimentos saudáveis para garantir a segurança alimentar de sua própria casa, como também da população brasileira.

O espaço rural é visto como atrasado, superado, incapaz de prover perspectivas de vida e de desenvolvimento. Sujeitos a essa expectativa pelo restante da sociedade, tanto em escolas, nas reflexões dos professores, como em programas de rádio e televisão, os jovens rurais são a todo o momento, levado ao desestímulo de permanecer no campo. Um dado alarmante mostra que 2 milhões de pessoas que migraram do campo para as cidades entre os anos de 2000 e 2010, um milhão eram jovens (IBGE, 2010).

Sobre as políticas públicas concernentes as mulheres rurais, dentro de um olhar histórico, a questão da mulher não ocupou a agenda de projetos ligados a elas antes dos anos 2003. De acordo com Hora e Butto (2014) no período de redemocratização do Brasil, houve alterações nos dispositivos legais com a inclusão do direito das mulheres ao desenvolvimento rural na Constituição Federal de 1988.

Foram incluídas em um marco normativo direito específico as mulheres rurais. “O direito igualitário a terra foi conquistado com inclusão do artigo 189 na Constituição Federal e o acesso à previdência foi garantido no artigo 201” (HORA e BUTTO, 2014, p. 2).

Segundo Filipak (2017), institucionalidades do Estado foram criadas em 2013 capazes de traduzir direitos conquistados pelas mulheres e também demandas em agendas públicas refletindo em políticas públicas. Ainda segundo o autor criou-se a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). No Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi criada uma área específica para articular e promover as ações, colocando a meta da igualdade entre homens e mulheres, também a construção de uma agenda rural com o objetivo de desenvolvimento sustentável e solidário.

Segundo Hora e Butto (2014), as políticas públicas para a agricultura familiar na igualdade de gênero passa pela construção de novo olhar rural brasileiro:

A partir de uma abordagem territorial, a estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário superou a concepção do meio rural como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano. O rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade ambiental. Reconheceram-se as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento e buscou-se atuar no combate às desigualdades de gênero, geração, raça e renda ainda presentes no Brasil (HORA e BUTTO, 2014, p. 13).

Nessa ótica, em 2003 foi criado no MDA o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), que teve suas raízes no Programa de Ações Afirmativas do MDA em 2001. Nesse programa, segundo Filipak (2017), traz um destaque referente aos debates realizados sobre a garantia de que 30% dos recursos de crédito rural da Agricultura Familiar e Reforma Agrária fossem aplicados em projetos para às mulheres do campo.

Compreende-se a importância dos grupos de mulheres que podem ser beneficiadas com projetos que dizem respeito ao acesso aos direitos econômicos, promoção a igualdade de gênero e raça entre grupo coletivos de mulheres que estão espalhadas pelo território nacional. Essas mulheres formam grupos informais, associações, cooperativas, agricultoras familiares, assentadas de reforma agrária, mulheres quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais, extrativistas, aquicultoras familiares e ribeirinhas.

O que se observa é a intencionalidade dos projetos que define a necessidade das realidades socioeconômicas dos grupos de mulheres, com abrangência e abordagem territorial, garantindo possibilidades de autonomia econômica. O problema da pobreza rural é uma realidade em diferentes regiões, que tem como características sociais o baixo acesso aos serviços básicos, com presente estagnação da geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis. No Quadro 2 podem ser observados os projetos, de cada eixo, utilizados pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais - DPMR que organizou seu trabalho a partir dos eixos Cidadania e Participação, Acesso à Terra e Inclusão Produtiva.

As ações relacionadas a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais - DPMR tendem a fortalecer a participação das mulheres no território buscando ampliar o acesso a inclusão social e econômica e reforçando o papel das mulheres na agricultura nacional. Por isso, em outubro de 2011 houve uma Chamada Pública lançada denominada Fortalecimento da cidadania e da organização produtiva de mulheres rurais.

De acordo com Filipak (2017) essa chamada pública foi reeditada em 2012 e 2013, e buscou realizar ações de mobilização, capacitação e assessoria às mulheres e suas organizações e também a formalização de parcerias com organismos estaduais.

Quadro 2 – Ações institucionais para o Desenvolvimento da Autonomia Econômica de Mulheres Rurais.

Fonte: Filipak (2017, p. 156).

EIXOS DA POLÍTICA	PROJETOS DE CADA EIXO
Inclusão Produtiva	Assistência Técnica
	Organização Produtiva
	Infraestrutura
	Crédito Produtivo
	Acesso aos Mercados
Acesso a Terra	Reforma Agrária
	Crédito Fundiário
	Ações Fundiárias
Cidadania e Participação	Documentação
	Participação Social

Como características das atividades que foram desenvolvidas no projeto, quatro ações com características territoriais, foram centrais:

a) Qualificação das equipes técnicas de trabalho com as mulheres e qualificação das mulheres rurais para inserção produtiva e no mercado; b) Acesso à documentação civil, trabalhista e jurídica das mulheres rurais; c) Apoio a formação de grupos produtivos de mulheres rurais; d) Apoio à participação de mulheres na gestão territorial (FILIPAK, 2017, p. 179).

No Espírito Santo, as chamadas públicas que envolveram contratos e repasses acordados que tiveram como objetivos fortalecer e dar visibilidade a contribuição econômica, social, cultural e política das mulheres trabalhadoras rurais, ocorreu no início de 31/12/2012 e terminou: 14/12/2015. Essas políticas públicas dialogam com as desigualdades e opressões vividos no campo pelas mulheres, que buscam seu espaço por direitos e soberania.

2.5.4 Agricultura familiar e suas relações com a sustentabilidade

O sistema capitalista proporcionou profundas transformações na relação homem natureza. A modernização do padrão produtivo industrial vivenciado pela sociedade capitalista ao longo do tempo contribuiu drasticamente para modificar o espaço rural brasileiro e também sua estrutura fundiária, como o da agricultura familiar.

Muitos problemas contemporâneos entre o capitalismo e o meio ambiente exigem que se faça uma discussão pautada nesse desenvolvimento. Uma nova concepção de desenvolvimento sustentável surge como caráter na promoção de redução das desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais, procurando desenvolver as potencialidades locais, e garantindo assim melhorias da qualidade de vida das populações inseridas em um dado espaço geográfico.

“A ideia de desenvolvimento local pode ser analisada como um processo interno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos” (SANTOS, 2013, p. 15).

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (VEIGA, 2008, p. 26).

Ehlers (1994, p. 106) diz que “não há dúvida de que a prática do cultivo da terra, ou agricultura, envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente”. Desvincular esses aspectos colocaria em risco a sustentabilidade local, pois os aspectos sociais estão vinculados aos econômicos e posteriormente aos ambientais formando um tripé que dará base de sustentação para desenvolvimentos territoriais.

De acordo com Giordano (2005, p. 256):

As atividades agrícolas são reconhecidamente causadoras de problemas ao meio ambiente. Assim, iniciativas que busquem a produção agrícola de forma sustentável, são bem-vindas, para que sejam minimizados os problemas enfrentados pelos produtores, principalmente quanto à colocação dos produtos no mercado, seja por logística, custos ou escala.

No contexto atual de sustentabilidade, as discussões tem origem na percepção de agravos ambientais, principalmente com problemas que afetam o modo de vida da sociedade, por exemplo, a contaminação dos recursos hídricos, erosão dos solos, e desmatamento das florestas.

Os efeitos da exploração das atividades agrícolas tem gerado forte impacto no meio ambiente, sobretudo o monocultivo, por isso os efeitos desses impactos têm sido objeto de grande preocupação e discussão. Nessa percepção, a base do

entendimento de desenvolvimento sustentável tem sido explorada academicamente e discutida de forma plena e conceitual.

O fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para que tenhamos uma agricultura mais sustentável, agricultores familiares precisam tomar partido e buscar conhecimento sobre a tamanha responsabilidade que tem na mudança de paradigma de desenvolvimento, dado que, suas práticas reproduzem diretamente no meio ambiente. Assim, suas ações carecem estar relacionadas nos fundamentos da sustentabilidade, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento rural sustentável.

Segundo Caporal e Costabeber (2004, p. 6) a “Agroecologia é uma ciência para o futuro sustentável”. Considerando-se que essa prática integra e, é capaz de associar conhecimentos de diversas ciências, tal como a sabedoria popular, favorecendo tanto a compreensão, como a análise do atual modelo de agricultura industrial. Novas estratégias podem ser colocadas em práticas para o desenvolvimento rural, caminhando para um modelo de agricultura voltada para a conservação de agroecossistemas.

O modelo de Oliveira, A.F.S (2007) recomenda um conjunto de indicadores relevantes que provirá em dados quantitativos, com ótimos resultados de índice de sustentabilidade do agroecossistema. Para tal, serão apresentados alguns indicadores, ajustados no Quadro 3.

Esses indicadores mostram caminhos sustentáveis dentro do sistema agroecológico fornecendo indicações que podem colocar o pequeno agricultor em um cenário transformador, desde a sua renda que tende a ser analisada para encontrar a melhor forma de produzir com menos. Certificações que o seus produtos podem ganhar dentro do mercado nacional e até internacional, bem como a difusão de tecnologias e mecanização do solo, um manejo sustentável incorporado a planta que traduz em equilíbrio e produtividade, a identificação do meio ambiente da propriedade rural, e as políticas públicas de assistência que são voltadas para o agricultores orgânicos.

Portanto, o envolvimento entre os agricultores, sociedade e o poder público podem trabalhar juntos com a finalidade de tornar as atividades agrícolas mais sustentáveis, construindo um agroecossistema que evidencie práticas e ações corretas em direção ao desenvolvimento local sustentável.

Quadro 3 - Descrição dos indicadores do modelo de Oliveira, A.F.S (2007)

INDICADORES	DESCRIÇÕES DOS INDICADORES
Econômico	A renda é sinônimo do valor recebido como resultado de atividade produtiva individual ou coletiva. Este resultado pode provir do trabalho propriamente dito, como produto de uma atividade sobre capital acumulado ou como subsídios entregues sob alguma condição. O Indicador Econômico traça o perfil econômico do produtor, levando em consideração sua situação no trabalho, renda e seu controle de custos. Para o cálculo deste indicador, foi utilizada a renda líquida mensal da família, quer seja a renda proveniente apenas de atividades agrícolas ou renda dos outros meios, como aposentadorias, bolsas do governo federal, entre outros.
Técnico Agrônomo	O Indicador Técnico Agrônomo levou em consideração o tempo que o produtor tem na agricultura tradicional e orgânica, certificação, difusão de tecnologia e mecanização do solo para suas atividades.
Manejo	O manejo corresponde a um conjunto de ações integradas de utilização na agricultura que não provoquem o desequilíbrio ecológico. O indicador manejo leva em consideração a utilização de consórcio, adubação verde, adubação orgânica, semente selecionada, controle de invasoras, uso de variedades resistentes, uso de estufa e de irrigação, controle de doenças com produtos orgânicos.
Ecológico	O Indicador ecológico é um parâmetro que proporciona informações sobre o estado do meio ambiente no espaço analisado. Esse indicador foi mensurado, considerando-se a área de preservação, o uso de agrotóxico, a utilização de fertilizante químico, o controle natural de doenças, a rotação de cultura, as práticas de conservação de solos e reciclagem dos resíduos provenientes das atividades agrícolas.
Político Institucional	O Indicador Político-Institucional caracteriza-se pela efetividade ou não de políticas públicas voltadas para os agricultores orgânicos, como, por exemplo: assistência técnica e difusão de tecnologia, assim como apoios de ONGs e Sindicatos, EMATER, entre outros.

Fonte: Santos e Candido (2013, n.p).

3 METODOLOGIA

Para realização desse trabalho utilizar-se-á de pesquisa descritiva, de revisão bibliográfica e análise documental, incluindo uma abordagem quantitativa. Segundo Gil (2009), a pesquisa descritiva tem como propósito descrever ou expor as características e relações existentes de determinado fenômeno de acordo com a temática pesquisada buscando conhecer as mais diversas situações e realidades ou o estabelecimento de relações entre variáveis, podendo, também, determinar a natureza dessa relação.

Este projeto se insere no campo da linha de pesquisa voltada para a análise das dinâmicas territoriais, onde será abordada a geografia agrária do município de Conceição da Barra, e suas relações com a estrutura agrária, agricultura familiar e produção agrícola, e as diferentes percepções sobre a transformação da paisagem.

3.1 DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Conceição da Barra localiza-se na região Norte do Estado, sua extensão territorial e de 1.187,62 Km² que corresponde a 2,25% da área total do estado, é constituído pela Sede, Distritos Braço do Rio e Itaúnas. Sua área limítrofe se estende ao norte com a Bahia, ao Sul com São Mateus, à Oeste com Pinheiros e Pedro Canário e à Leste com o Oceano Atlântico (PROATER, 2011).

Conforme os dados do Censo de 2010, a população residente de Conceição da Barra é composta por 28.449 habitantes, com população estimada em 2016 de 31.353 habitantes. Essa população está distribuída pelos distritos da Sede, Itaúnas e Braço do Rio, e também pelas comunidades rurais. A densidade demográfica do município em relação ao último Censo em 2010 era de 24,01 hab./km².

A população urbana correspondia a 22.575 habitantes, bem maior do que a população rural, que abrigava somente 5.874 habitantes. Conceição da Barra ocupa 42º lugar no ranking do IDH, com 0,681. Segundo o PNUD (2010), em relação ao estado do Espírito Santo que é constituído de 78 municípios, Conceição da Barra é o 42º, no ranking nacional, Conceição da Barra é o 2.412º município em IDH, considerando-se os 5.565 municípios brasileiros (IBGE, 2010). A localização do município de Conceição da Barra está representado pelas coordenadas planas UTM

(391307,7983965 N) e (429773,7929886 E), compreendendo uma área de 118.804,0 ha (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2011). Neste município estão localizadas cinco unidades de conservação (UC's), correspondendo a aproximadamente 13,25% de seu território (15.741,45 ha). Estas UC's constituem importantes refúgios de vida silvestre (IPEMA, 2004). A hidrografia é composta pelo rio principal, o Itaúnas e, os principais contribuintes são: córrego Angelim, rio Itauninhas (ou Preto), córrego Montanha, rio do Sul, córrego Caboclo e riacho Doce (Bahia).

3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente procedeu-se a uma busca pelo acervo documental disponível. Este acervo constou de artigos científicos, livros, relatórios técnicos, disponíveis em bibliotecas públicas ou disponibilizados na internet. Para entender a dinâmica da estrutura fundiária do município foi levado em consideração a concentração fundiária, agrupando os estabelecimentos agrícolas em quatro grandes grupos: menos de 20 ha, 20 ha a 79 ha, 80 ha a 299 ha e acima de 300 ha. Os dados para esse agrupamento são referentes aos anos de 2009, 2011 e 2015, e foram obtidos a partir de informações pessoais e do Proater (2011). Os dados foram tratados e transformados em tabelas para melhor interpretação.

Também faz parte do entendimento sobre a dinâmica da estrutura fundiária, o grupo de área total, onde foi organizado em cinco grupos: menos de 20 ha, 20 ha a 99 ha, de 100 ha a 499 ha, de 500 ha a 2499 ha e acima de 2.500 ha. Os dados para estes agrupamentos foram obtidos a partir da base de dados do IBGE/Censos Agropecuários de 2006, todos os dados foram tabulados e transformados em tabelas para melhor interpretação.

Para visualizar e compreender as possíveis transformações ocorridas no uso do solo do município foi obtido, dados por tipo de culturas permanentes e temporárias, pastagem natural, matas naturais e matas plantadas. Estes dados foram obtidos na base de dados do IBGE/Censos Agropecuários do município de Conceição da Barra/ES, entre os anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006. Os dados coletados desta etapa foram tratados e transformados em tabelas e gráficos para melhor interpretação e análise.

Outros levantamentos de dados foram sobre as principais culturas temporária e permanente além da pecuária do município, levaram-se em consideração os anos

2004 até 2016. A produção de culturas como abacaxi, feijão, mandioca, melancia, milho, borracha, café, côco da baía, laranja, mamão, palmito, cana-de-açúcar e o eucalipto e outras culturas de menor expressão foram coletadas e analisadas no banco de dados do IBGE. Na pecuária levantaram-se dados sobre o rebanho efetivo de bovinos, suínos, equinos e muares do município entre os anos de 2004 a 2016, dados coletados também no banco de dados do IBGE. Todos os dados coletados foram transformados em tabelas e gráficos para melhor interpretação e análise.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para analisar e discutir os dados levantados nesse trabalho com o objetivo de dar suporte a discussão, os dados foram detalhados e organizados na tentativa de compreender as mudanças na estrutura agrária do município de Conceição da Barra. Dois tipos de dados nos auxiliam, os referentes ao tamanho (áreas) e a quantidade de propriedades (estabelecimentos), esses dois dados contribuíram para o entendimento do processo de concentração de terra no município de Conceição da Barra.

De acordo com Baptista (2006) havia aproximadamente dez mil famílias distribuídas em cem comunidades remanescentes de quilombos no município de Conceição da barra que possuíam um território rico em recursos naturais, havia um ambiente de reprodução de seu modo de vida que era baseado em relações de parentesco e vizinhança, onde plantavam, pescavam, coletavam, caçavam e criavam animais de forma extensiva em terras de regime de uso comum.

Conforme Tabela 6, a concentração de terra referente ao município de Conceição da Barra, a partir de dados pessoais fornecidos e também segundo a PROATER (2011), verificou-se que entre os anos 2009, 2011 e 2015 o número do tamanho dos estabelecimentos com menos de 20 ha, apresenta um dinamismo, dado que em 2009 o número dos estabelecimentos é de 512 estabelecimentos, representando 59,5% dos minifúndios, em 2011, verificou-se um aumento em torno de 523 estabelecimentos, representando 61%, e em 2015 o número de estabelecimentos aumentou para 558 representando também 59%.

Os pequenos estabelecimentos com áreas maiores que 20 ha e menores que 80 ha, também apresentaram dinamismo entre os anos. Em 2009 observa-se que o número dos estabelecimentos é de 213, que representa 24% das pequenas propriedades, em 2011, temos um aumento em torno de 218 estabelecimentos, representando 25,5% e em 2015 essa relação é maior, o número alcança os 249, representando 26%.

As áreas dos estabelecimentos considerados médios, que estão entre maior de 80 ha e menores que 300 ha, também participam desse dinamismo, em 2009 o número dos estabelecimentos é de 77, representando 9%, e em 2011. Verificou-se uma pequena redução de 76 estabelecimentos, representando 8,8 %, por último em

2015, o número dos estabelecimentos continua 76, representando apenas 8 %. Já as áreas consideradas grandes, acima de 300 ha, em 2009 o número observado é 59 estabelecimentos, representando 6,8 %, e, em 2011. Verificou-se 40 estabelecimentos, que representa 4,6 %, por fim, em 2015 observou-se um aumento para 60 estabelecimentos, representando 6,4 %.

A crescente ocupação das terras, por exemplo, pelas lavouras de eucaliptos e cana-de-açúcar e a mercantilização das terras pode ter gerado nas famílias um processo de imprensamento. Tal situação de estarem espremidos entre eucaliptos e cana-de-açúcar, foi levada a recuar na extensão e dinâmica de uso da terra, ocupando pequenas porções.

O número reduzido de estabelecimentos, de grandes extensões territoriais, está estruturado num grande complexo agroindustrial, onde os plantios são realizados sob a lógica do maior aproveitamento da área cultivada e maior produtividade. Estes fatos podem estar contribuindo para a incorporação das pequenas propriedades às consideradas grandes. Veja a seguir:

Tabela 6 - Grupos de área total dos estabelecimentos em Conceição da Barra no ano de 2009, 2011 e 2015.

Grupo por Estabelecimento	Ano		
	2009*	2011**	2015*
< 20 ha	512	523	558
de 20 ha a 79 ha	213	218	249
de 80 ha a 299 ha	77	76	76
> 300 ha	59	40	60
Total	861	857	943

Fonte: * Informações Pessoais⁵ ** PROATER (2011).

Como se pode observar na Tabela 7, a seguir, referente aos dados do censo agropecuário de 2006, o grupo de área menor que 20 ha, possuem em média 1.677 ha, ou equivale a 1,7%, já o grupo de área que representa 2500 ha a mais, equivale a 85.940 ha ou 88,7% da extensão territorial do município. Assim, fazendo uma relação com a Tabela 6, embora os anos sejam diferentes, existe uma evolução dos números de estabelecimento considerados minifúndios, pequenos, médios e grandes, entre os anos observados.

⁵ Informações pessoais, arquivos pessoais cedidos por José Geraldo Ferreira da Silva.

A grande maioria do território cerca de 88,7% pode pertencer a um número pequeno de estabelecimentos, que ocupam grandes extensões de áreas, ao contrário. Observa-se que uma pequena parcela territorial cerca de 1,7% pode pertencer a um número grande de estabelecimentos com pequenas extensões de áreas.

Tabela 7 - Grupos de área total em hectares em Conceição da Barra no ano de 2006.

Grupo por área	Área em hectares	%
< 20 ha	1.677	1,7 %
de 20 a 99 ha	2.025	2,1 %
de 100 ha a 499 ha	3.121	3,2 %
de 500 ha a 2499 ha	4.098	4,2 %
> 2500 ha	85.940	88,7%
Total	96.861	100%

Fonte: IBGE (2006).

Apesar da área do município ser de 1.184,944 km², ou 118.494,4 ha verificou-se na tabela acima que o total de área por grupo do município é de 96.861 ha, pode-se levar em consideração nessa diferença algumas áreas com destino a preservação permanente e unidades de conservação ambiental do município que pode não ter sido incluída nos dados coletados no IBGE.

A Tabela 8 apresenta a evolução de área ocupada com diversas atividades entre os anos de 1960 e 2006, no município de Conceição da Barra. Observa-se, nesta tabela que, o uso da terra, quanto às lavouras temporárias, aquelas ligadas à produção de alimentos, apresentaram tendência a decrescer com o tempo até o ano de 1980, voltando, em 2006, a atingir valores superiores ao de 1960. Este período se dá justamente onde acontece uma expansão do cultivo da cana-de-açúcar no município de Conceição da Barra contribuindo para o aumento do uso da terra.

Já as lavouras permanentes, que são aquelas que compreendem áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, os dados da Tabela 8, mostram que a partir do ano de 1960 até o ano de 1975, houve uma redução expressiva de área plantada, de 8.241 ha para 1.027 ha, permanecendo assim até o ano de 1985. No ano de 2006 já houve uma recuperação desta área que já atingiu 4.796 ha.

Tabela 8 - Uso da terra por hectare em Conceição da Barra entre os anos 1960 a 2006.

Uso das terras	Ano						
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
	Área em hectares						
Lavoura permanente	8.241	2.419	1.027	1.237	1.108	2.231	4.796
Lavoura temporária	9.113	6.289	7.328	6.714	10.200	12.559	10.999
Pastagem natural	15.037	13.395	75.447	20.961	5.056	7.078	123
Pastagem plantada	22.784	69.361	5.385	30.416	6.898	5.441	9.568
Matas naturais	86.039	45.398	13.064	19.975	11.011	14.485	26.277
Matas plantadas	2.660	2.112	11.510	30.910	14.609	33.685	41.051

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE.

Ainda com relação à Tabela 8, verifica-se que a área com pastagem natural quintuplicou entre os anos de 1960 e 1975, saindo de 15.037 ha para 75.447 ha. Observa-se que processo inverso aconteceu com as matas naturais, saindo de 86.039 ha, em 1960, para 13.064 ha, em 1975. Muito provavelmente estas áreas cobertas por florestas nativas foram transformadas em pastagem natural. Porém vale salientar que a partir de 1975 até 2006 as pastagens naturais praticamente foram suprimidas, pois em 2006 esta área era de 123 ha. Já as pastagens plantadas que abrange as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio, praticamente triplicou a área plantada entre 1960 e 1970. A grande contribuição deste aumento de área pode ter contribuído para o desmatamento da floresta plantada em igual período. Como se pode observa nesta tabela, no ano de 1975, boa parte desta pastagem declarada com pastagem plantada foi relatada como pastagem natural.

Essas relações podem ter sido ocasionadas com o aumento de outras atividades que demandavam muitas áreas, por exemplo, as lavouras de eucalipto e cana-de-açúcar. “Anteriormente à chegada dos monocultivos, era comum a criação de gado pelas famílias, que era feita “a grané”, como denominam os moradores; ou seja, soltos nas terras de uso comum” (FERREIRA, 2009, p.194).

A expansão de grandes áreas para o plantio de cana-de-açúcar iniciou com o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL criado em 1975 surgiu com a proposta de incentivar a produção do álcool, objetivando o atendimento das demandas de mercado internas e externas. O programa previa que a produção do álcool deveria ser estimulada através da ampliação da oferta de matéria-prima, a cana-de-açúcar, sobretudo com o aumento da produção agrícola, da modernização e expansão das

usinas existentes, e a construção de novas unidades produtoras (PROALCOOL, 2006).

As matas naturais formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais decresceram drasticamente a partir da década de 1960 que era de 86.039 ha, chegando em 1985 a 11.011 ha, retomando a um leve aumento em 2006 com 26.277 ha, considerando que nestas, são computadas as áreas de preservação permanente e reservas legais dos estabelecimentos. Podemos destacar o grande aumento das áreas ocupadas pelas pastagens naturais em 1975, com 75.447 ha, dado que pode ser combinado a um período de intenso desmatamento.

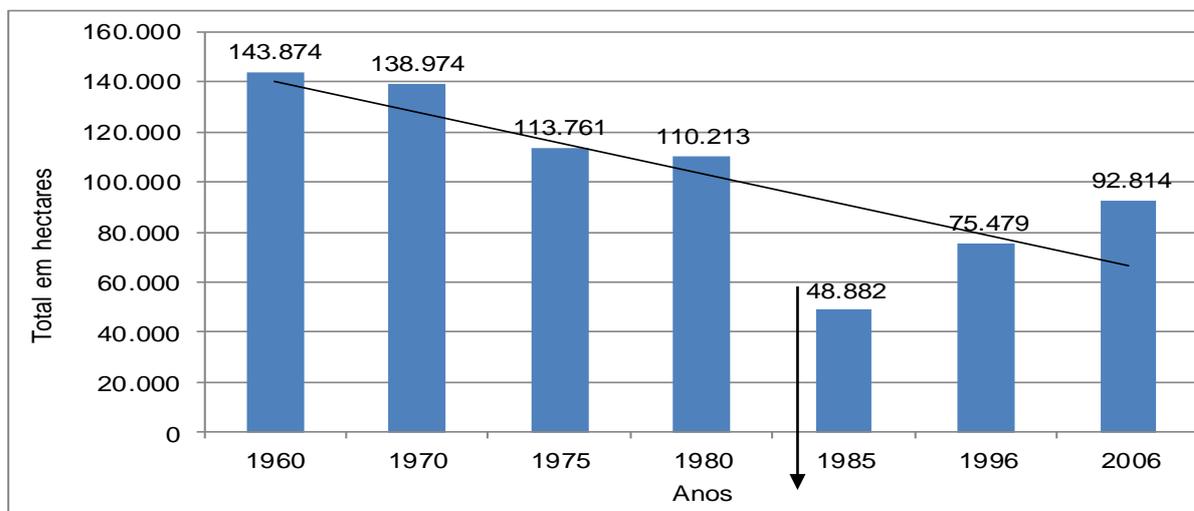
As matas plantadas que compreendem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais, nestas podemos perceber que passam a aumentar de forma considerável a partir de 1975 de 11.510 ha, para em 2006 com 41.051 ha, de uso da terra.

Segundo Overbeek, Kröger, Gerber (2012) nas décadas de 1960 e 1970, a ditadura militar brasileira concedeu generosos incentivos fiscais e subsídios estatais para o crescimento das plantações de eucalipto, o que resultou na primeira expansão dessas plantações no país, resultando em uma área de cerca de cinco milhões de hectares no final dos anos 80, concentrados no Sul e no Sudeste do país. O objetivo dessas plantações foi, em primeiro lugar, a produção de madeira voltada à fabricação de celulose para exportação.

Na Figura 3 tem-se a evolução da ocupação do solo considerando a soma das áreas da lavoura permanente e temporária, pastagem natural e plantada, mata natural e plantada. Observa-se, nesta figura, uma tendência de redução de área ocupada com estas atividades até o ano de 1985, que nesta época já era menos de 1/3 da área inicial em 1960, porém, nos anos seguintes até 2006 voltou a crescer atingindo 92.814 ha. Mesmo com esta recuperação vale salientar que aproximadamente 51 mil ha saíram deste processo de ocupação e uso do solo.

Verifica-se ainda na Figura 3 que em 1960 a soma das áreas foi de 143.874 ha, valor que atualmente excede a área total do município que é de 118.494,4 ha, a suposta explicação para esse fato é que segundo a Lei Estadual n.º 3.623, de 23-12-1983, da formação administrativa, foi desmembrado do município de Conceição da Barra, o distrito de Pedro Canário (ex-Taquaras), assim, supõe-se que existiu uma redução da extensão territorial do município, fato que pode ser observado.

Figura 3 - Evolução da ocupação do solo considerando a soma das áreas da lavoura permanente e temporária, pastagem natural e plantada, mata natural e plantada.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 9 foi organizado as principais culturas temporárias do município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 até 2016. A análise enfoca a distribuição em área em hectares. A mandioca é a cultura com maior expressão em área plantada, neste período, ela se mantém entre 300 ha e 400 ha. Em Conceição da Barra, essa cultura exerce papel fundamental para a produção de farinha, pois é uma importante atividade econômica e cultural entre as Comunidades locais, como por exemplo, Linharinho.

Romano (2008), afirma que a produção de mandioca se limitava, em sua maior parte, aos quintais das casas e a sua comercialização se dava em alguns pontos de venda no município de Conceição da Barra. Hoje, em 2016 segundo o Incra/ES (2016) famílias da Comunidade de Quilombola de Linharinho trabalham em uma pequena “indústria farinheira” que conta com todo maquinário necessário ao seu processamento, que garante tanto o sustento da comunidade, como também, o consumo da farinha de mandioca. Ainda segundo o Incra/ES (2016) a comercialização do excedente é feita a varejistas da região.

O feijão e o milho embora sejam culturas básicas para a alimentação, os baixos dados em área plantada que estão em torno de 5 ha a 50 ha é evidenciado conforme a Tabela 9. Um dado mais sério sobre essa baixa produção entre as culturas, o feijão nos anos de 2010 e 2011 não apresenta registros de cultivo. Já a cultura do milho nota-se dados mais expressivos de produção, em 2004 havia 50 ha

de área plantada da cultura, esse valor no decorrer de 2016 passa a diminuir de forma gradativa chegando em 2014 e 2015 respectivamente a 5 ha.

Tabela 9 - Área cultivada com as principais culturas temporárias, no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016.

Culturas	Ano												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Área plantada em hectares												
Abacaxi	3	3	3	3	10	14	14	17	17	12	8	8	8
Feijão	50	50	50	40	40	50	-	-	46	21	25	25	50
Mandioca	400	350	400	400	400	400	400	300	450	380	440	360	300
Melancia	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	20	23	28
Milho	50	30	30	30	30	30	40	30	20	20	5	5	12
Total	503	433	483	473	480	494	454	347	553	453	498	421	398

Fonte: Banco de dados do IBGE.

O feijão e o milho embora sejam culturas básicas para a alimentação, os baixos dados em área plantada que estão em torno de 5 ha a 50 ha é evidenciado conforme a Tabela 9. Um dado mais sério sobre essa baixa produção entre as culturas, o feijão nos anos de 2010 e 2011 não apresenta registros de cultivo. Já a cultura do milho nota-se dados mais expressivos de produção, em 2004 havia 50 ha de área plantada da cultura, esse valor no decorrer de 2016 passa a diminuir de forma gradativa chegando em 2014 e 2015 respectivamente a 5 ha.

A baixa produção tanto do feijão quanto do milho no município pode estar relacionada a uma série de fatores como, a inviabilidade econômica, também fatores climáticos como a estiagem no município, o ressecamento da terra pode interferir negativamente nas propriedades físicas e biológicas do solo, diminuindo a fertilidade natural, e prejudicando a quantidade e a qualidade da produção agrícola de alimentos.

Na região norte do Espírito Santo, onde Conceição da Barra esta localizada, segundo a Incarper (2015) a temperatura máxima média anual é a mais quente, com médias das máximas variando de 30 a 32 °C.

É nessa região onde se concentra a maior parte da agricultura irrigada, e muitas situações os pequenos agricultores usam pouca irrigação, por isso sofrem mais com os estresses ambientais, refletindo em sua capacidade de produção, podendo causar prejuízos econômicos.

A fruticultura do município foi seriamente afetada, conforme os dados apresentados. As culturas do abacaxi e da melancia mostram dados de área plantada muito baixos. A melancia entre 2004 até 2011 não possui dados de cultivo. Após 2011, verificam-se dados modestos de área plantada da cultura em torno de 20 ha a 28 ha até 2016, o abacaxi também mostra dados muito baixos em área plantada, de 2004 até 2007 somam apenas 12 ha de área plantada, ampliando sua área em 2008 até 2013 que somam 84 ha, de 2014 até 2016 a área plantada do abacaxi reduziu-se novamente para 24 ha. A baixa produtividade frutífera nesse período também pode está relacionada à estiagem no município ou ainda a inviabilidade econômicas.

Segundo a Incaper (2015) os períodos de 2003, 2007, 2010, 2011 e desde 2014, apontaram para estiagem prolongada no Espírito Santo, provocando queda significativa da produção agrícola devido à diminuição da produtividade das culturas, e muitos conflitos pelo uso da água, o que, ocasionou um desequilíbrio econômico e social na região.

A estiagem agrícola no Espírito Santo tem provocado prejuízos e, vem sendo um fator limitador para o desenvolvimento socioeconômico de pequenos agricultores que na sua maioria são de base familiar.

A Tabela 10 apresenta a evolução da área plantada das principais culturas permanentes cultivadas no município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 até 2016. A cultura de maior expressão dentre as permanentes em área plantada é o café. Entre os anos de 2004 e 2010 verifica-se que a área de café colinon manteve-se entre 500 ha e 700 ha; em 2011 nota-se uma queda de praticamente 50% na área plantada desta cultura, permanecendo praticamente estável, a partir daí, até 2016. A área plantada de café no município que tem forte tendência de queda desde 2011 pode estar relacionada à estiagem.

A cultura do café como fonte principal de renda, segue a vocação agrícola capixaba, segundo a Cepemar (2004) existia aproximadamente 150 ha só no assentamento Paulo Vinhas, comunidade agrícola do município de Conceição da Barra/ES.

Verifica-se na Tabela 10 que a cultura do coco da baía e a da seringueira, manteve-se com pouca ou nenhuma alteração de área plantada. Porém, de acordo com a Revista Procampo (2011), a área plantada com coqueiro, no estado do Espírito Santo, tem diminuído, e o mais grave, é a observação do abandono de uma

parte considerável das lavouras, em virtude dos baixos preços no período fora do verão, e também, por razão da redução produtiva sob efeito do nível tecnológico aplicado pela maioria dos produtores. Observa-se, também, que o palmito e a laranja são culturas que em 2004 apresentavam uma área expressiva no município, porém, em 2012 e 2013 estas lavouras foram erradicadas.

Já as culturas do mamão e da seringueira possuem menor expressão em área plantada do que as outras que já analisamos. Os dados verificados da cultura do mamoeiro entre os anos de 2004 até 2011 variam pouco, entre 120 ha a 80 ha, após 2012 até 2016, verifica-se uma redução entre 24 ha a 80 ha.

O município de Conceição da Barra está inserido na região do polo de mamão Formosa e contribui para que o Espírito Santo seja segundo o Incaper (2017), o maior exportador dessa fruta, basicamente para países da União Europeia. A silvicultura para produção da borracha, no município, possui área plantada estável de 90 ha desde 2004 até 2016.

Tabela 10 - Evolução de área plantada com culturas permanentes no município de Conceição da Barra/ES entre os anos de 2004 a 2016.

Culturas	Ano												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Área em hectare												
Seringueira	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
Café	500	650	650	650	632	700	700	360	360	260	380	380	330
Coco da Baía	460	460	500	500	500	500	400	400	400	400	400	400	400
Laranja	200	200	300	300	300	300	300	300	0	0	0	0	0
Mamão	120	120	80	80	80	100	100	120	24	24	50	80	80
Palmito	260	260	260	260	260	260	260	260	260	0	0	0	0
Outras culturas	1630	1780	1880	1880	1862	1950	1850	1530	1134	774	920	950	900

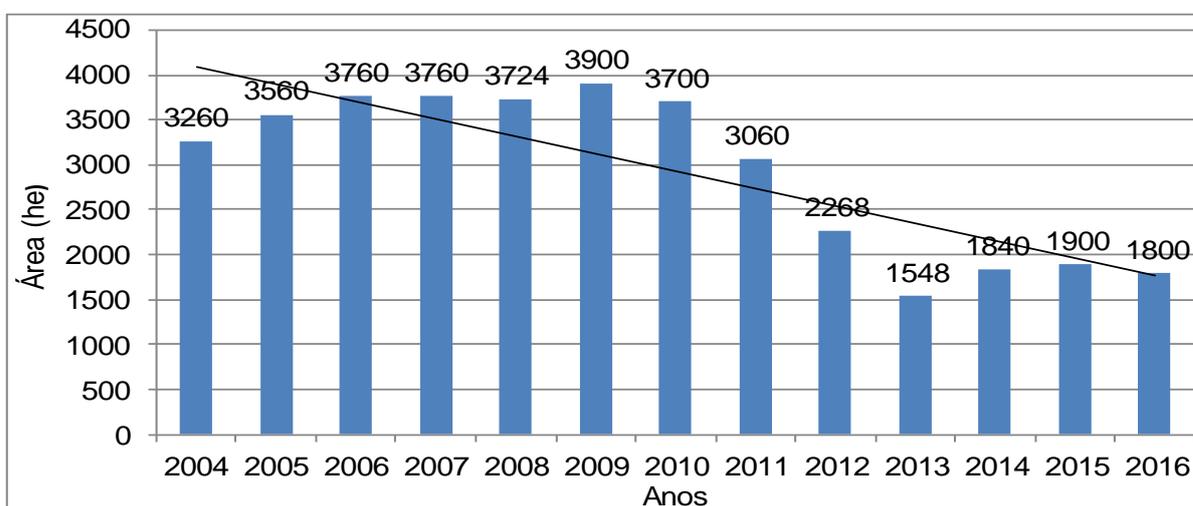
Fonte: Banco de dados do IBGE.

As outras culturas, identificadas na Tabela 10, foram agrupadas, por possuírem individualmente, pequenas áreas de plantio, porém, elas possuem importância econômica para o município de Conceição da Barra. Tal importância é fundamental, uma vez que a produção de muitas delas como a da banana, goiaba, limão, cacau, tangerina e o maracujá são beneficiadas pelas agroindústrias familiares e encontra-se como importante opção de geração de emprego e renda.

Vale ressaltar que estas culturas também apresentaram uma redução expressiva em sua área plantada, a partir de 2009, chegando a praticamente a 50% de redução no período considerado.

Na Figura 5 tem-se a evolução da área total plantada com culturas permanentes, no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 e 2016. Observa-se, nesta figura, que a partir de 2004 até 2009 a área total plantada apresentou uma ligeira expansão, atingindo 3.900 ha. A partir desta data, observa-se um declínio acentuado de área plantada chegando a cair para 1.548 ha, em 2013, mas voltando para valores entre 1.800 e 1.900 ha.

Figura 4 - Evolução de área plantas com culturas permanentes no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas reduções de áreas plantadas podem estar relacionadas a fatores como, por exemplo, mudanças na estrutura da família rural, dada a uma possível concentração de terra no município, as famílias rurais podem estar deixando de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura. Diante disso, os geradores de renda das famílias são muitos, e a agricultura passa ser apenas uma delas.

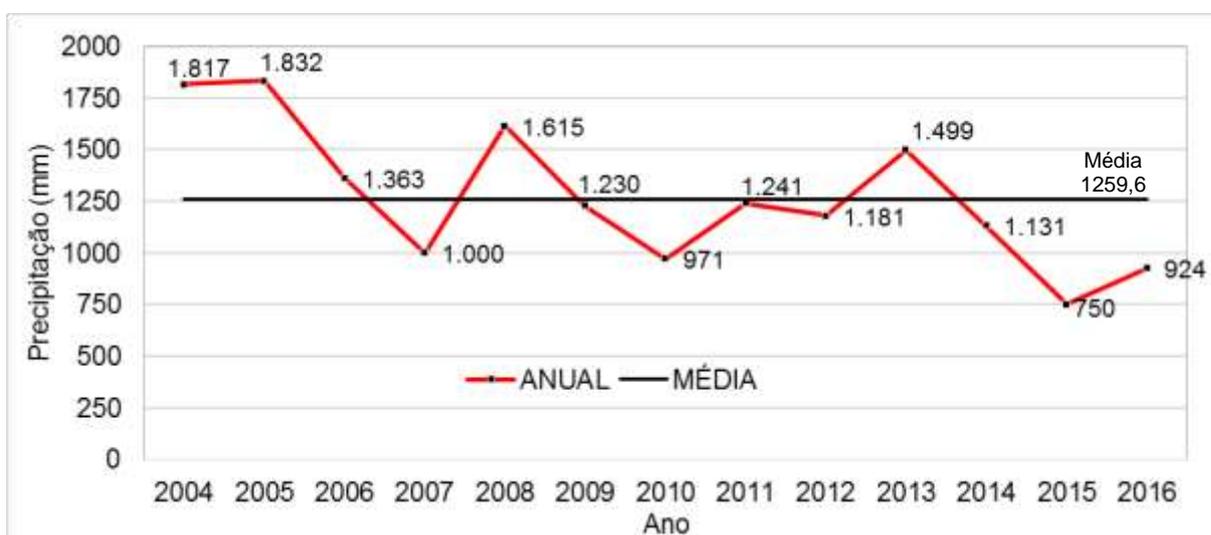
Outro fator que pode estar relacionada às reduções de áreas plantadas é o econômico, o mercado externo, acaba gerando uma concorrência sobre os produtos, de primeira linha, ou tipo exportação, o baixo incentivo técnico e deficiências de políticas públicas aplicadas à comercialização e distribuição agravam o cenário econômico desses agricultores. Também, o fator ambiental pode ter implicado nas reduções, a sazonalidade do produto, como por exemplo, as frutas que têm sua

época de colheita, que com a variação do clima altera o resultado final da safra. Por fim, o fator tecnológico também pode estar relacionado, ainda há baixo emprego tecnológico e pouco incentivo do poder público de máquinas e implementos agrícolas.

Programas como o PAA e PNAE são importantes dentro desse contexto, pois permitem a inclusão ou a expansão de beneficiários do município no mercado. Desse modo, propõe-se que a administração pública do município faça o acompanhamento e verifique se os programas PAA e PNAE evoluíram, de forma que sua estrutura contemple o índice de desenvolvimento local baseado em resultados positivos e com a participação dos parceiros e fornecedores, possam efetivamente, com objetiva participação local, atingir metas, que reflitam no desempenho.

Considerando os dados pluviométricos do município de Conceição da Barra na Figura 6, verifica-se que entre os anos de 2004 a 2006, houve uma série de anos com chuva acima da média anual. Em contrapartida, a partir de 2009, verifica-se uma sequência de anos com pluviometria abaixo desta média anual, como pode ser observado. Assim, a escassez das chuvas, aliada à sua má distribuição, como se tem vivido nos últimos anos na região, pode, sim, ter desestimulado os agricultores a manter suas lavouras comerciais, provocando a erradicação ou até mesmo o abandono delas.

Figura 5 - Distribuição da precipitação pluviométrica do município de Conceição da Barra, entre os anos 2004 a 2016, e série histórica de 1931 a 2016.



Fonte: INCAPER.

Na Tabela 11, verifica-se a distribuição do rebanho bovino, suíno, equino e muares, no município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 até 2016. Nota-se que a pecuária bovina teve a maior expressão em números de cabeças do rebanho. E 2004 havia 6.222 cabeças, aumentando de forma gradativa o rebanho que chega em 2011 a 17.409 cabeças de gado, após 2012 verifica-se uma redução do rebanho bovino que em 2016 chegou a 10.312 cabeças.

O rebanho suíno, também foi destaque entre as atividades pecuárias mais importantes do município. Em 2004, o rebanho suíno contava com 1.100 cabeças, apresentando um crescimento gradativo até 2011, atingindo 1.625 cabeças. Porém, verifica-se um declínio a partir de 2012, até 2016, quando então foram registradas apenas 950 cabeças.

Já o rebanho de equino, se mantém acima de 500 cabeças até 2014, porém em 2016 já foram registrados apenas 380 cabeças. De forma similar acontece com o rebanho de muares. Este se manteve entre 65 e 70 cabeças até 2012, não havendo nenhum registro destes animais a partir deste ano. Esta redução do número destes animais pode estar relacionada à redução do rebanho bovino, assim como também, devido ao fato observado de que alguns produtores estão fazendo uso de motos para deslocamento em suas propriedades.

Tabela 11 - Rebanho efetivo de bovinos, suínos, equinos e muares no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016.

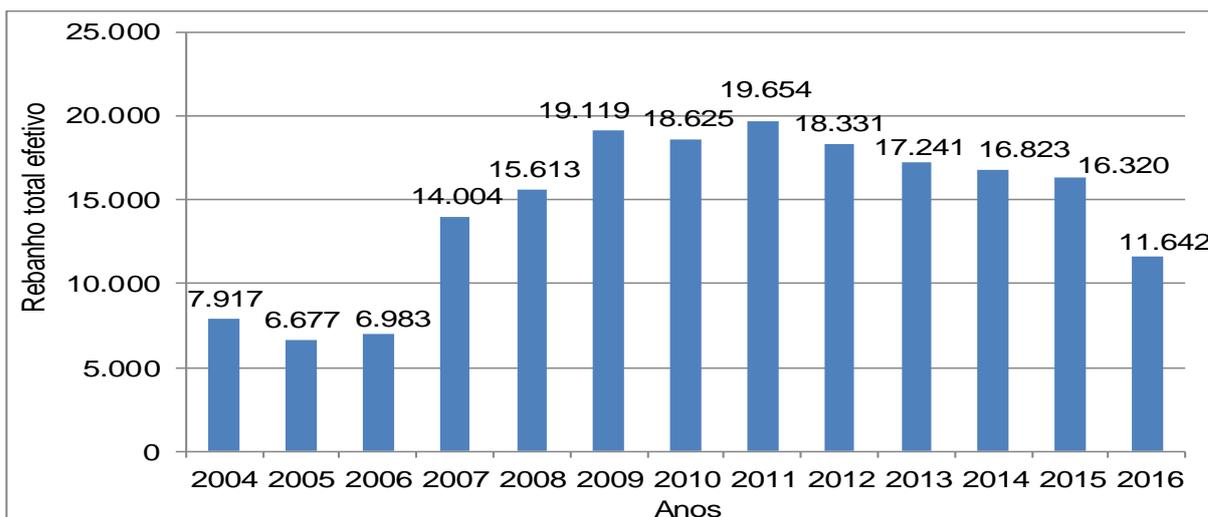
Pecuária	Ano												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Rebanho Efetivo													
Bovinos	6.222	4.552	4.917	11.874	13.411	16.902	16.395	17.409	16.181	15.221	14.828	14.397	10.312
Suínos	1.100	1.540	1.495	1.520	1.572	1.587	1.620	1.625	1.555	1.510	1.480	1.428	950
Equinos	530	520	504	540	560	560	540	550	525	510	515	495	380
Muares	65	65	67	70	70	70	70	70	70	-	-	-	-

Fonte: Banco de dados do IBGE.

Na Figura 7 verifica-se o rebanho efetivo total por cabeça do município de Conceição da Barra. Os dados mostram variações entre os anos, e podemos notar que 2004 o rebanho total é de 7.917 cabeças, ganhando extensão até 2011, onde apresenta o maior número de 19.654 cabeças dos rebanhos, e a partir do mesmo ano de maior extensão, nota-se uma queda dos rebanhos chegando em 2016 com 11.642

cabeças efetivas. Esta variação está relacionada com a atividade de pecuária leiteira onde se destaca o município. Segundo Proater (2011) houve um crescimento nas instalações de sistemas de rotação de pastagem, contribuindo com aumento da produção de leite do município.

Figura 6 - Evolução do rebanho total de bovinos, suínos, equinos e muares no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda segundo Proater (2011, n.p), o desenvolvimento da atividade pecuária leiteira no município é restrito por um grupo de fatores como:

- 1) pouco investimento na atividade por parte dos produtores e a inexistência de políticas públicas municipais direcionadas para a atividade; 2) ausência de projetos para organização dos produtores objetivando o beneficiamento e comercialização do leite; 3) a falta de estrutura dos agricultores para resfriamento e pasteurização do leite aliada a inexistência de sistemas de irrigação de pastagem na maioria das comunidades e 4) carência de assistência técnica intensiva com prioridade para a atividade de pecuária de leite no município.

Diante da falta de incentivo no setor pecuário de Conceição da Barra, verifica-se que, segundo a Lei Orgânica do município que entrou em vigor no dia 07 de dezembro de 2009, Capítulo II, da Política Agrícola, em seu artigo. 242 (2009. p, 46) diz que:

Compete ao Município estimular a produção agropecuária, no âmbito de seu território, em conformidade com o disposto no art. 23, VIII da Constituição Federal, artigos. 252 e. 253 da Constituição Estadual, dando prioridade às pequenas propriedades rurais, assim definidas em lei, através de plano de apoio ao pequeno produtor que lhes garantam especial incentivo e gratuidade do serviço de assistência técnica e extensão rural, escoamento da produção, através da abertura e conservação de estradas municipais.

Assim, entende-se que o estímulo a produção pecuária no município tem responsável e pode proporcionar resultados satisfatórios que geram significativos ganhos de produtividade e retornos econômicos, relacionando-os a um novo modelo de produção pecuária priorizando tecnologias mais intensivas e investimentos em capital. Além da provável falta de estímulos à produção pecuária no município, o declínio da precipitação pluviométrica a partir de 2005, conforme a Figura 6 pode ter contribuído para esta redução no rebanho, principalmente bovinos, equinos e muares, pois havendo menos chuva, haverá logicamente menos disponibilidade de pastagem e conseqüentemente menos alimento para os animais.

Na Figura 8, têm-se a área plantada de eucalipto no município de Conceição da Barra, entre os anos de 2004 a 2016. Os dados retroativos a 2007 não foi possível inserir, devido a sua indisponibilidade em sites oficiais. Observa-se, nesta tabela, que a lavoura de eucalipto, em Conceição da Barra, mantém-se com área plantada em torno de 40 mil hectares desde 2008. O plantio de eucalipto no município compreende uma extensão territorial de aproximadamente 35%, as empresas Fibria e Suzano Papel e Celulose são as grandes proprietárias de terra no município. Pode-se levar em consideração que os plantios de eucalipto representam uma significativa parcela do solo agrário do município, que pode contribuir favorecendo uma concentração da terra. Segundo a Lei orgânica do município de Conceição da Barra, no Art. 16:

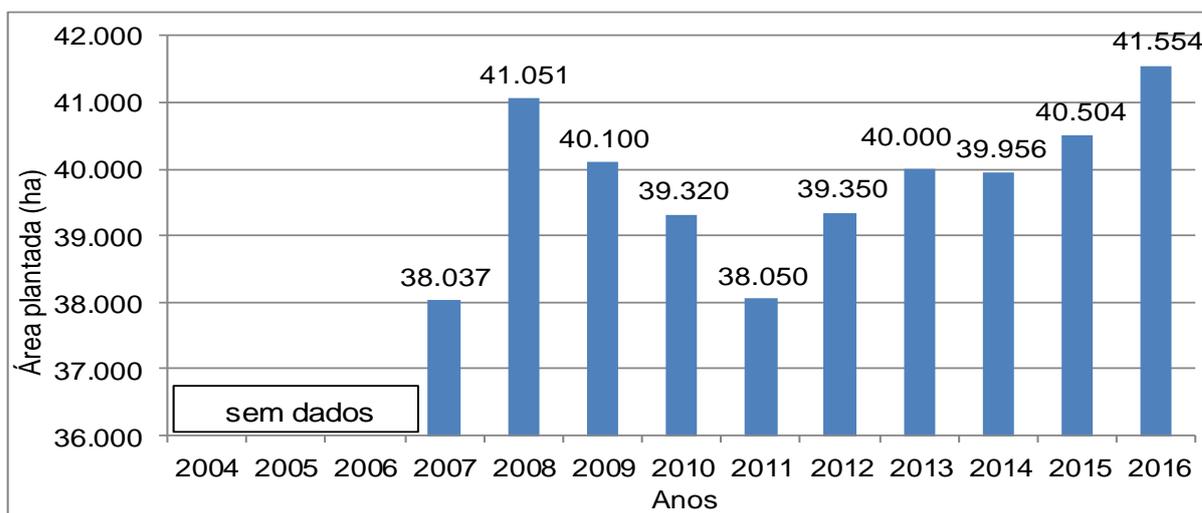
Parágrafo primeiro – torna-se obrigatória a redução do plantio de eucalipto no Município de Conceição da Barra, no limite mínimo de 20 (vinte por cento) de toda a área plantada.

Parágrafo segundo – A diminuição a que se refere o parágrafo anterior se dará de forma gradativa e na medida em que os cortes forem, naturalmente, efetuados e de maneira prioritária e obrigatória ao redor das propriedades quilombolas existentes neste município, para posterior complementação em outras áreas, caso se faça necessário, até que se atinja o percentual mínimo estabelecido.

Segundo Ferreira (2009) o processo de ocupação dessas terras do município de Conceição da Barra evidenciou-se a partir do início do século XX por meio da valorização deste espaço pelo capital, assim também como novos conflitos se iniciaram pelo fato do uso dos recursos da floresta e dos rios em prol do crescimento urbano-industrial. Outro aspecto levantado pelo autor aconteceu na metade do século XX, a floresta passa a ser desmatada e substituída pelo plantio de eucalipto em larga escala, *a priori*, para atender a produção de carvão para as siderúrgicas,

mais tarde a produção de celulose torna-se expressiva acompanhada das grandes áreas destinadas à cana-de-açúcar para a produção de álcool.

Figura 7 - Área em hectares das lavouras de eucalipto do município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 9, verifica-se a área plantada de cana-de-açúcar no município de Conceição da Barra, trata-se do segundo maior cultivo em termos de área plantada. Em 2004, observa-se uma área em torno de 9.536 ha, diminuindo seu plantio em 2011 em torno de 8.559 ha, chegando a 2016 com uma área plantada de 11.043 ha. Ou seja, até 2016, a área total plantada com esta cultura vem apresentando pequenas variações ao longo do tempo.

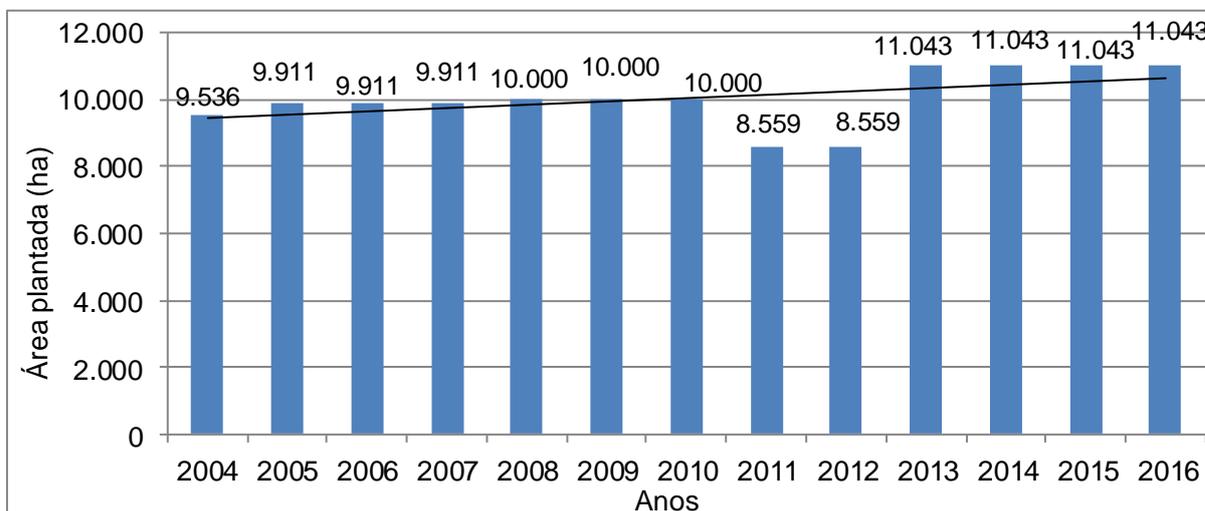
Segundo Pasini (2014), a introdução da cana-de-açúcar no município de Conceição da Barra deu-se na década de 1980 incentivada pelo Proálcool com as empresas locais de álcool, Alcon e Disa.

Essa totalidade de área plantada pertencente não só às empresas Disa (Destilaria Itaúnas) e à Alcon (Companhia do Álcool), mas também pertence a pequenas agroindústrias de cachaças que ficam nas localidades de comunidades. Assim, podemos notar que, a distribuição quantitativa e espacial dos canaviais está intimamente ligada aos projetos agroindustriais da fabricação do álcool e do açúcar.

O modelo de desenvolvimento baseado nessas monoculturas tende a ser insustentáveis diante da intensificação territorial para fins lucrativos, não considerando os aspectos ambientais, sociais e produtivos dos povos das comunidades que ainda persistem em residir em torno dessas grandes plantações

que ocupam extensas áreas em um município de pequena dimensão territorial, com cerca de 1.188,0 Km² (118.800 ha).

Figura 8 - Área em hectares das lavouras de cana-de-açúcar do município de Conceição da Barra entre os anos de 2004 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 10, tem-se o mapa da ocupação do solo de Conceição da Barra. Em 2011, esse mapa pode ser entendido como sendo a forma pela qual o espaço geográfico do município está sendo ocupado. Verifica-se a presença marcante do eucalipto em toda a extensão territorial, em torno das principais Bacias hidrográficas como a do Itaúnas e a do Cricaré, associada às matas nativas (Mata Atlântica e Cerrado).

A cana-de-açúcar se apresenta associada às plantações de culturas temporárias no município, estão em menor proporção, mas ocupa consideráveis áreas, sobretudo na porção oeste e norte do território. As plantações agrícolas estão bem definidas no município dentro das comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária, já as plantações de cana-de-açúcar faz limite com as grandes áreas de eucalipto.

As pastagens e o solo exposto foram também representados, mas ocupam pequenas áreas dentro do território. A pecuária que utiliza áreas de pastagem, muitas vezes acaba se tornando área de ocupação de eucalipto e cana-de-açúcar devido à baixa produtividade dos rebanhos como já analisamos na Tabela 11, exceto para o rebanho bovino que contribui para o cenário positivo da pecuária no município. As áreas de solo exposto podem se tornar áreas degradadas devido a perda de cobertura natural e o baixo manuseio.

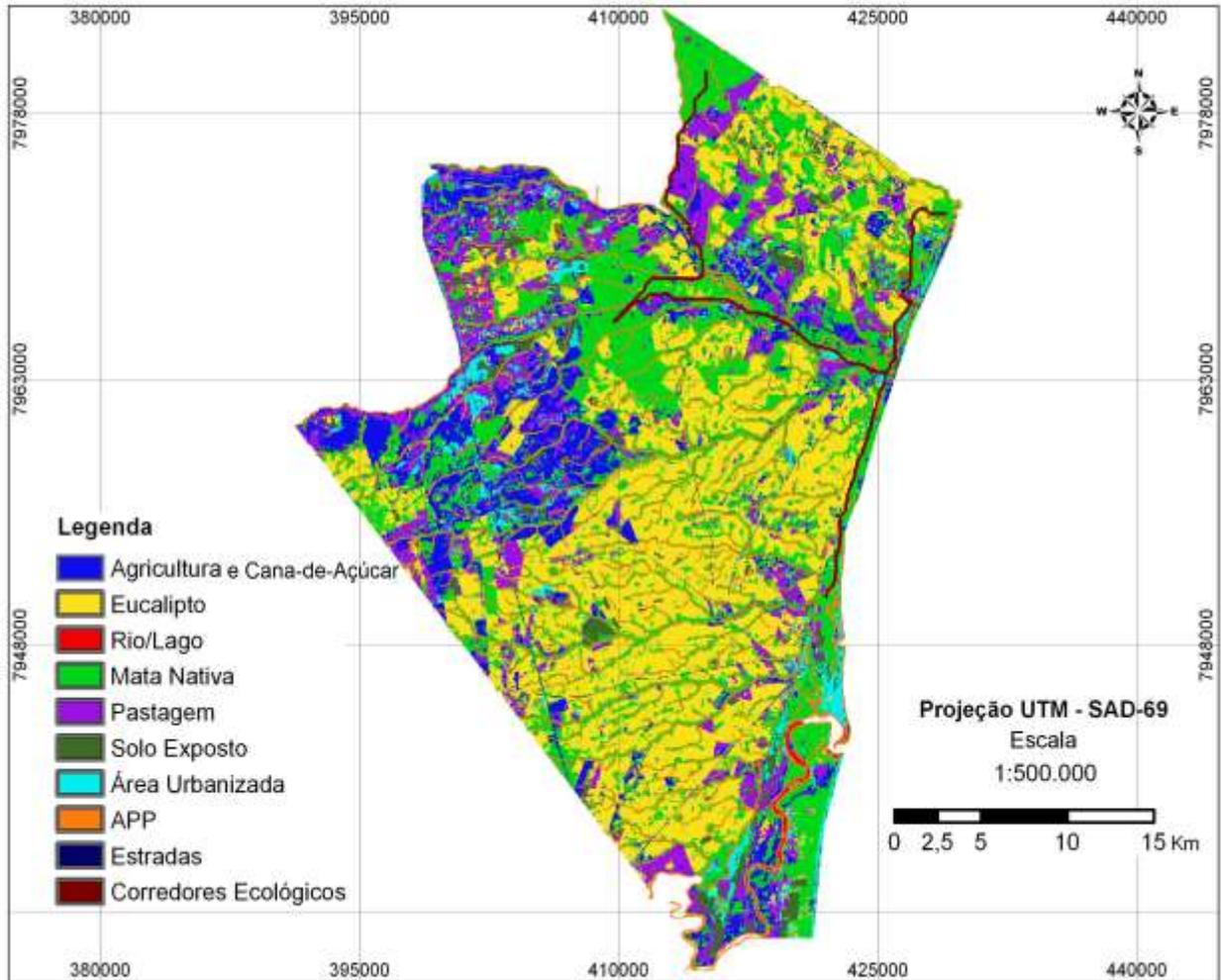
As Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Corredores Ecológicos, apesar de existirem e possuírem um valor ambiental e ecológico muito importante ocupam pequenos trechos do território. As áreas mais urbanizadas do município ocupam as dimensões do lado leste onde fica a sede Conceição da Barra e o lado oeste onde se localiza os distritos de Braço do rio e Sayonara.

A análise feita da Figura 10 verificou-se a ocupação de solo tendo como destaque as grandes áreas de plantio do eucalipto e cana-de-açúcar, a agricultura praticada associada as monoculturas, pode torna os pequenos agricultores do município muito dependentes de políticas de inclusão, de orientação técnica, e diversificação de renda. O produtor mais fragilizado pelo abandono da extensão, e pela falta de acesso às políticas agrárias, pode estar comprometendo sua produção agropecuária e deixando de se torna mais competitivo no mercado.

Portanto e fundamental que o poder público do município continue ou amplie as políticas agrárias, e os setores de extensão caminhe com afinco para que os pequenos agricultores de quilombos e assentados possam dinamizar sua produção agropecuária, incluindo tecnologias e mecanismos para escoar a produção.

Além disso, deve ser incentivada a criação de associações, agroecologia e a agricultura orgânica, de maneira que o produtor atinja um mercado específico e crescente, assim também especializar as comunidades nas agroindústrias. O pequeno produtor pode ser competitivo se associarem e trabalharem em conjunto, e se tiver orientação técnica.

Figura 9 - Recobrimento do município de Conceição da Barra e sua ocupação do solo em 2011.



Fonte: Oliveira e Ribeiro, (2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, a relação da territorialização das lavouras de eucalipto e da cana-de-açúcar com a estrutura agrária e fundiária do município de Conceição da Barra, configura-se com uma história de perdas, em que o pequeno agricultor de origem familiar viu as suas terras tornando-se menos produtiva.

Ao fazer a análise das modificações sofridas na estrutura agrária e fundiária do município, observou-se a lógica de um grande número de estabelecimentos que ocupam áreas consideradas minifúndios, e pequenas, e um número pequeno de estabelecimentos que ocupam grandes extensões de áreas.

Verificou-se, neste trabalho uma concentração fundiária de posse de terra associados aos projetos dados como monocultivos do município, onde se tem atualmente a forte presença do eucalipto e da cana-de-açúcar.

Sobre os plantios de cana-de-açúcar do município espera-se que haja uma redução considerável, visto que a Sucroalcooleira DISA se encontra atualmente fechada e todas as suas atividades estão paradas. No campo, extensas áreas de plantio de cana-de-açúcar estão sendo perdidas e podem se transformadas em áreas de pastagens ou podem ser absorvidas por outras atividades.

O arranjo das culturas permanentes, temporárias e a pecuária, também sofre dinâmicas que podem estar relacionadas com a estrutura fundiária do município. Algumas das principais culturas, por exemplo, milho, café, laranja e palmito sofreram reduções na sua área plantada. Na pecuária, os suínos e muares também apresentaram reduções no rebanho.

Essas reduções observadas também podem estar relacionadas com fatores econômicos, tecnológicos, mas também os fatores climáticos podem ter influenciado, uma vez que a partir do ano de 2009, houve uma redução das chuvas, no município de Conceição da Barra.

Assim, pode-se concluir que houve uma reterritorialização da agricultura no município de Conceição da Barra, mas com os dados levantados não se pode afirmar que os efeitos nas pequenas propriedades sejam exclusivamente oriundos da expansão das lavouras do eucalipto e da cana-de-açúcar,

Portanto, a pesquisa realizada expande um leque de opções para futuros estudos, pois se percebe a necessidade de continuar analisando os efeitos da

territorialização do eucalipto e da cana-de-açúcar no município de Conceição da Barra, contribuindo para que a poder público possa aumentar a promoção das políticas como, por exemplo: Política de Inserção da mulher e do jovem rural no acesso a terra e a financiamentos, políticas de ordenamentos do espaço rural; Políticas de assistência agrícola, agroecológica e agricultura orgânica; Políticas de sustentabilidade dos povos das comunidades locais como quilombolas e assentamentos.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o meio científico e acadêmico, com a sociedade. As realidades fundamentadas e estudadas nesse trabalho nos leva a compreender sobre o direito do território, a gestão dos bens naturais no sentido de manter a autonomia alimentar, a renovação da vida e dos saberes dos povos das comunidades. Assim, nos dá uma direção para a importância de tratarmos o desenvolvimento com responsabilidade e de forma sustentável.

Espera-se, também, que este trabalho possa ser utilizado como referência pelo poder público do município de Conceição da Barra e que possa servir de orientação para o entendimento da dinâmica agrária do município, e também valha como subsídio para o estabelecimento das políticas públicas, para o setor agropecuário do município em questão.

A implementação de políticas públicas aliadas ao suporte do setor privado denota-se como um divisor no fortalecimento de conquistas para o crescimento de comunidades menos favorecidas que, normalmente, estão localizadas em locais de difícil acesso e pouco conhecido.

A mensuração do crescimento e/ou desenvolvimento dessas comunidades, necessita de fundamentos e métodos que interajam no cerne da comunidade visando cadastrar informações de hábitos e costumes, visando conhecer suas deficiências em termos de infraestrutura a fim de planejar ações efetivas e potencializando novas estratégias para corrigir desvios ocorridos na área de renda, educação e saúde, e mantendo as estruturas para o planejamento que gerou resultados positivos.

A inserção dos debates pode contribuir para a conformação de um novo arranjo espacial no território rural de Conceição da Barra. Nessa perspectiva, deve-se promover maior diálogo entre atores e organizações que, uma vez juntos possam propiciar ações participativa e democrática na relação entre governo e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

ANDRADE, J.C.S. **Conflito, cooperação e convenções: dimensão político institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A.** (1990-1999), 2000. p. 420. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-Graduação em Administração.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Perspectivas da indústria nacional de celulose e papel**. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/188>>. Acesso em: 12 ago. 2011

BANCO CENTRAL DO BRASIL. MCR. **Manual de Crédito Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2012. Disponível em <http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=MCR-indice>, acessado em junho de 2012.

BAPTISTA, A.M. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias). Parecer Nº 105/2006, Brasília, 14 de julho de 2006. Assunto: **Comunidades Remanescentes de Quilombos, Região Sapê do Norte, Estado do Espírito Santo**. Interessados: Dr. André Carlos de Amorim Pimentel, PR/São Mateus.

BEBBINGTON, A. **Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes**. London: IID-DFID, Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies, 1999, p.35.

BERNARDO NETO, J. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremos Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. (Dissertação Mestrado em Geografia). UFES, Vitória, 2012.

_____. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no espírito santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. (Dissertação Monografia em Geografia). UFES, Vitória, 2009.

BERGAMIM, C.M. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. (Dissertação Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004, p.182.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

_____. **Economia e emprego. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER.** Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

_____. MEC. PORTAL DO FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013, 143 p.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011.** Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20150515083129caderno_de_legislacoes_paa__1_.pdf>. Acesso em 12 ago. 2017.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** Panorama dos últimos 50 anos. IPEA, Texto para Discussão nº 621, 1999.

CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J.A. **Extensão rural e agroecologia.** Brasília-DF: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004

CARRERE, R., LOHMANN, L. **Pulping the South:** Industrial Tree Plantations and the Global Paper Economy. Zed Books. London. 1996.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C.C. **Juventude e políticas sociais no Brasil (Organizadores).** Brasília: Ipea, 2009.303 p.

CEDAGRO - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO. **Dimensionamento do mercado capixaba de produtos florestais madeiráveis.** (documento síntese). Vitória, 2011. Disponível em: < <http://www.cedagro.org.br>>.

CEPEMAR. **Plano de manejo do parque estadual de Itaúnas** – Empreendimento Florestal – Celmar S/A - Petróleo Brasileiro S.A. –. Vitória, ES. 2004.

CONAB. ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA: **Cana-de-açúcar.** Brasília: Conab, v.4 - safra 2017/18 - n.1 - primeiro levantamento, abril 2017.

CRUZ, K.C.M.S. **Análise da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento no período 2003-2015: estudo de caso sobre a modalidade Compra com Doação Simultânea.** Escola Nacional de Administração Pública, Brasília – DF, 2016, p. 41. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2508>. Acesso em: 19 jun. 2017.

EHLERS, E.M. **O que se entende por agricultura sustentável?** São Paulo: USP, 161f. (Dissertação Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-25112011-091132/pt-br.php>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual n.º 9.073**. Dispõe sobre a eliminação gradativa da prática de queimadas nas colheitas de cana-de-açúcar e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Espírito Santo de 05 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO9073.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FAO. **Global Forest Resources Assessment**. FAO Forestry Paper 163, 2010
Disponível em: www.fao.org/docrep/013/i1757e/i1757e.pdf.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questão da Nossa Época; v.92).

FERRAZ, O. G. et al. **Microcrédito rural: análise sobre a modalidade do Pronaf B**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

FERREIRA, B; SILVEIRA, F. G; GARCIA, R. C. (2001), “**A agricultura familiar e o PRONAF : contexto e perspectivas**”, in GASQUES, José Garcia e CONCEIÇÃO, Junia Cristina, Transformações da agricultura e políticas públicas, Brasília, IPEA, pp. 479-539.

FERREIRA, S.R.B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2002, p.168.

_____. **“Donos do Lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. (Tese de Doutorado) – UFF. Niterói, 2009, p. 526.

FERREIRA, D.A.O. **Mundo rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Unesp, 2002.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília SP, 2017, p.270.

FRANÇA, C.G. ;DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. **O censo agropecuário 2006 e a Agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96p .

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Informe PNAE Jun 2017. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/centrais de.../116-alimentacao-escolar?informe-pnae-junho-2017](http://www.fnde.gov.br/centrais_de.../116-alimentacao-escolar?informe-pnae-junho-2017)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

GIORDANO, S.R. **Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição.** 1 ed. 3 reimpr. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRAZIANO, S. J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro, Zahar. 1982.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. [Niterói]: ANPEC, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf> . Acesso em: 28 nov. 2017.

GUILHOTO, J.J.M.; ICHIHARA, S.M.; AZZONI, C.R.; SILVEIRA, F.G. 2006 **“Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil”.** Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 9-36.

HOFFMANN, R. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil.** Disponível em: http://famasul.com.br/artigos_interna/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil/28545/, acesso 25 nov. 2017.

HORA, K; BUTTO, A. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania.** Brasília: MDA, 2014.

IANNI, O. **A sociedade Global.** 4 . Ed. - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2006.** São Paulo, 2006.

_____.DIPEQ/ES – SDDI – Censo de 2010. **Informações sobre o Município de Conceição da Barra.** <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320160> Acesso em 20 jun. 2017

_____.Lei Estadual n.º 3.623, de 23-12-1983. **Informações sobre o Município de Conceição da Barra.** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/conceicao-da-barra/historico>. Acesso em 27 nov. 2017.

INCAPER - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Polos de Fruticultura – Mamão.** Vitória, 2007. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/fruticultura-mamao>. Acesso em: 06 nov. 2017.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incaes-reune-quilombolas-de-linharinho-para-tratar-de-regularizacao-de-territorio>; Acesso em 02 nov. 2017.

IPEA. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha – MG.** Brasília, DF: IPEA, 2012, 40 p.

IPEMA. **Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo: cobertura florestal, unidades de conservação e fauna ameaçada.** Vitória, ES: IPEMA, 2004.

LIMA, R. A. **Territorialização da monocultura de eucalipto e os impactos sobre a estrutura agrária no norte do espírito santo**, (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo; 2016.

MALUF, R. **Segurança Alimentar e nutricional.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MDA. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural.** Brasília, 2013.

_____. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: O que é a agricultura familiar**, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: Agricultura Familiar: desempenho e perspectivas para 2016**, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/artigo-agricultura-familiar-desempenho-e-perspectivas-para-2016>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. **Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar ao Pronaf: Manual do Cadastrador.** MDA/SAF, 2007, 84 p. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/institucional/Manual>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. A; MARQUES, F. R. S. **Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano.** In: Vera L.S.B. Ferrante e D.C.A. Whitaker. (Org.). Reforma agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília – São Paulo: MDA – UNIARA, 2008, v., p. 131-150.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica.** 19ª Ed. São Paulo: Annablume, 1990.

OLIVEIRA, A.F.S. (2007) **A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE).** 2007. 97f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Ceará).

OLIVEIRA, A.U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, J.C; RIBEIRO, C. A. Á. S. **Sistema de informações geográficas na definição de corredores ecológicos para o município de Conceição da Barra - ES**. Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa – MG, 2005, p.9. UFV. XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 1995-2002.

OLIVEIRA, M. F. **Expansão industrial e dinâmicas sócio-espaciais no município de Serra-ES**, (Monografia de Graduação). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória; 2007.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J.F. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global**. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT No. 3, 2012, 108 p.

PASINI, I.L.P. **Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte-ES**. (Dissertação de Mestrado), Viçosa, MG, Universidade Federal de Viçosa, 2014.

PROALCOOL: Programa brasileiro de álcool, 2006. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool.htm>> Acesso em: 17 julho. 2017.

PROATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2011/2013. Conceição da Barra, 2013. Disponível em: https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Conceicao_da_Barra.pdf; Acesso em 20 jun. 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA PROCAMPO. Linhares/ES: **Revista do Agronegócio** – Bimestral. Jun. a Jul. 2011. <http://www.revistaprocampo.com.br/ver-noticia/37>. Acesso: 06 nov. 2017.

ROMANO, J. **Re-leitura da paisagem na comunidade quilombola de linharinho sob a ótica da teoria da percepção: período entre a chegada do eucalipto e o ano de 2005**. (Monografia de Graduação), Vitória/ES, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

ROS, P.B. 2004. **Avaliação da resistência de variedades de cana-de-açúcar ao raquitismo da soqueira com base na taxa de colonização dos colmos por *Leifsonia xyli* subsp. *xyli***. 2004. 58f. (Dissertação de Mestrado), Piracicaba/SP, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. 2004.

SANTILLI, J.F.R. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. CURITIBA, 2009. (Tese de Doutorado), Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2009

SANTOS, J.E. **Educação ambiental e agricultura familiar: uma análise do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA**. (Monografia de Especialização) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2013.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, 2013, p. 69-85.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro. Estudos Sociedade e Agricultura, v.16, p. 2003, 164-184.

SCHWITZKY, T.G. **Território e Geografia Agrária**: a dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) nas Revistas Nera, Agrária e Campo-Território. Uberlândia 2011, p, 11 – 60.

SILVA, E.R.A. ; ANDRADE, C.C. **A Política Nacional de Juventude**: avanços e dificuldades. Juventude e políticas sociais no Brasil (Organizadores). Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, S. J. ; CARVALHO, E. N. Saúde das populações quilombolas no Espírito Santo: vulnerabilidade e direitos humanos. In: Edinete maria Rosa; Lídio de Souza; Luziane Zacché Avellar. (Org.). **Psicologia social: temas em debate**. Vitória, 01 ed.: ABRAPSO/GM, v. 01, p. 89-109, 2008.

SNA. Federação de Agricultura do ES prevê que 2016 será difícil para o agro, 2015. Disponível: <http://sna.agr.br/federacao-de-agricultura-do-es-preve-que-2016-sera-dificil-para-o-agro/>. Acesso: 13 ago.2017.

STEDILE, J.P. **Tendências do capital na agricultura**. A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 19-38.

TEDESCO, J.C. (Org.), **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3ª Edição, Passo Fundo, Editora UPF, 2001.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec/USP, 1991.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76p.

ZANOTTI, N. E. (Coord.). **Novo PEDEAG 2007-2025**: Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura capixaba – Estudo setorial: cana-de-açúcar. Vitória, 2007.